

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	9
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	18
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	94
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	96
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	97
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	98
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	99

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	113.450.000
Preferenciais	0
Total	113.450.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	28/04/2014	Juros sobre Capital Próprio	30/04/2014	Ordinária		1,03367

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	4.014.670	3.885.754
1.01	Ativo Circulante	1.398.629	1.370.590
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	293.476	306.216
1.01.03	Contas a Receber	508.281	468.438
1.01.03.01	Clientes	508.281	468.438
1.01.04	Estoques	489.507	483.563
1.01.06	Tributos a Recuperar	81.853	80.630
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	81.853	80.630
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.581	1.496
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	20.931	30.247
1.01.08.03	Outros	20.931	30.247
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedor	5.283	4.845
1.01.08.03.02	Outros Créditos	15.648	25.402
1.02	Ativo Não Circulante	2.616.041	2.515.164
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	162.103	159.090
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	4.957	5.043
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	4.957	5.043
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	157.146	154.047
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	60.787	55.734
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	86.517	88.794
1.02.01.09.20	Incentivos Fiscais /Outros Créditos	9.842	9.519
1.02.02	Investimentos	27.593	3.354
1.02.02.01	Participações Societárias	3.264	3.354
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.124	3.214
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	140	140
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	24.329	0
1.02.03	Imobilizado	1.590.591	1.517.278
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.140.601	1.173.674
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	449.990	343.604
1.02.04	Intangível	835.754	835.442
1.02.04.01	Intangíveis	835.754	835.442
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	231.177	231.151
1.02.04.01.03	Software	22.481	22.195
1.02.04.01.05	Goodwill	582.096	582.096

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	4.014.670	3.885.754
2.01	Passivo Circulante	639.290	681.782
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	83.679	96.933
2.01.01.01	Obrigações Sociais	20.863	20.582
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	62.816	76.351
2.01.02	Fornecedores	131.469	85.534
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	131.469	85.534
2.01.03	Obrigações Fiscais	61.867	67.331
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	27.291	27.582
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.426	2.351
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	24.865	25.231
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	33.711	38.991
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	865	758
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	244.881	325.594
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	244.527	325.393
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	71.997	67.475
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	172.530	257.918
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	354	201
2.01.05	Outras Obrigações	117.394	106.390
2.01.05.02	Outros	117.394	106.390
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	66.097	66.097
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	5.743	3.678
2.01.05.02.05	Subvenções Governamentais	6.893	5.000
2.01.05.02.20	Outras Contas a Pagar	38.661	31.615
2.02	Passivo Não Circulante	423.038	383.877
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	274.101	248.016
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	273.010	247.492
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	273.010	247.492
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.091	524
2.02.02	Outras Obrigações	9.183	7.942
2.02.02.02	Outros	9.183	7.942
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições	1.241	1.275
2.02.02.02.04	Contas a Pagar	7.942	6.667
2.02.03	Tributos Diferidos	80.703	71.762
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	80.703	71.762
2.02.04	Provisões	59.051	56.157
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	59.051	56.157
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	12.984	12.993
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	39.472	36.368
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	5.078	5.279
2.02.04.01.05	Outros	1.517	1.517
2.03	Patrimônio Líquido	2.952.342	2.820.095
2.03.01	Capital Social Realizado	990.014	827.721
2.03.02	Reservas de Capital	16.529	121.985
2.03.02.07	Reserva de Incentivos Fiscais	0	105.456
2.03.02.08	Reserva Especial	16.529	16.529

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.04	Reservas de Lucros	1.813.489	1.870.326
2.03.04.01	Reserva Legal	122.921	122.921
2.03.04.02	Reserva Estatutária	780.239	780.239
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	859.154	915.991
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	51.175	51.175
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	132.252	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	3	3
2.03.06.01	Ganhos em Participações Societárias	3	3
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	55	60

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.080.980	750.449
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-685.334	-467.079
3.02.01	Custo dos Produtos Vendidos	-729.939	-504.098
3.02.02	Subvenções para investimentos estaduais	44.605	37.019
3.03	Resultado Bruto	395.646	283.370
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-238.994	-162.122
3.04.01	Despesas com Vendas	-182.460	-132.630
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-51.424	-36.317
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-38.298	-26.329
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-6.315	-4.575
3.04.02.03	Honorários da Administração	-2.338	-2.299
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-4.473	-3.114
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.541	6.847
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.565	-15.569
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-86	15.547
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	156.652	121.248
3.06	Resultado Financeiro	-3.750	-4.632
3.06.01	Receitas Financeiras	23.300	7.680
3.06.02	Despesas Financeiras	-27.050	-12.312
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	152.902	116.616
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-20.650	-8.726
3.08.01	Corrente	-11.709	-2.878
3.08.02	Diferido	-8.941	-5.848
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	132.252	107.890
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	132.252	107.890
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,16573	0,95099
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,16573	0,95099

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	132.252	107.890
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5	-2
4.02.02	Ajustes de Conversão do Período	-5	-2
4.03	Resultado Abrangente do Período	132.247	107.888

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	145.672	172.084
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	179.262	131.258
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR e CSLL	152.902	116.616
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	24.845	17.180
6.01.01.03	Custo na Venda de Ativos Permanentes	12	5.669
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	86	-15.547
6.01.01.05	Atualização Financiamentos/Aplicações Financiam	1.417	7.340
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.302	46.912
6.01.02.01	(Aumento) Contas a Receber Clientes	-39.843	-7.094
6.01.02.02	(Aumento)Redução nos Estoques	-6.476	20.093
6.01.02.03	Redução nos Impostos a Recuperar	5.010	4.721
6.01.02.04	Redução em Outras Contas a Receber	852	3.258
6.01.02.05	Aumento em Fornecedores	45.935	38.589
6.01.02.06	(Redução) nos Impostos e Contribuições	-15.698	-7.515
6.01.02.07	Aumento(Redução) nas Subvenções Governamentais	1.774	-3.383
6.01.02.08	Aumento(Redução) em Contas a Pagar e Provisões	144	-1.757
6.01.03	Outros	-25.288	-6.086
6.01.03.02	Juros e Variações Cambiais Pagos	-19.725	-8.490
6.01.03.03	IR e CSLL Pagos	-5.563	-364
6.01.03.04	Liberação de Incentivos para Reinvestimentos	0	2.768
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-93.290	-84.972
6.02.01	Aquisição de Imobilizado,Diferido e Intangível	-93.052	-50.772
6.02.03	Aplicações em Investimentos	0	-34.200
6.02.06	Amortização de dívida da aquisição de empresas	-238	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-65.122	112.115
6.03.01	Financiamentos tomados	77.145	123.552
6.03.02	Pagamentos de Financiamentos	-142.267	-11.437
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-12.740	199.227
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	306.216	107.037
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	293.476	306.264

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	827.721	121.985	1.870.326	0	63	2.820.095
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	827.721	121.985	1.870.326	0	63	2.820.095
5.04	Transações de Capital com os Sócios	162.293	-105.456	-56.837	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	162.293	-105.456	-56.837	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	132.252	-5	132.247
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	132.252	0	132.252
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-5	-5
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-5	-5
5.07	Saldos Finais	990.014	16.529	1.813.489	132.252	58	2.952.342

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	802.631	121.985	1.486.220	0	44	2.410.880
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	802.631	121.985	1.486.220	0	44	2.410.880
5.04	Transações de Capital com os Sócios	25.090	0	-25.090	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	25.090	0	-25.090	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	107.890	-2	107.888
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	107.890	0	107.890
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2	-2
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-2	-2
5.07	Saldos Finais	827.721	121.985	1.461.130	107.890	42	2.518.768

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	1.245.990	873.807
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.233.054	863.229
7.01.02	Outras Receitas	7.982	6.631
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	6.707	6.416
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.753	-2.469
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-780.141	-564.531
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-510.351	-374.597
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-263.587	-184.557
7.02.04	Outros	-6.203	-5.377
7.02.04.01	Materiais Relativos à Construção Ativos Próprios	-6.203	-5.377
7.03	Valor Adicionado Bruto	465.849	309.276
7.04	Retenções	-24.845	-17.180
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-24.845	-17.180
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	441.004	292.096
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	23.214	23.227
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-86	15.547
7.06.02	Receitas Financeiras	23.300	7.680
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	464.218	315.323
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	464.218	315.323
7.08.01	Pessoal	165.034	107.122
7.08.01.01	Remuneração Direta	107.470	73.045
7.08.01.02	Benefícios	46.024	27.415
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.040	6.328
7.08.01.04	Outros	500	334
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	136.577	83.558
7.08.02.01	Federais	82.044	50.500
7.08.02.02	Estaduais	52.253	32.271
7.08.02.03	Municipais	2.280	787
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	30.354	16.753
7.08.03.01	Juros	27.049	12.311
7.08.03.02	Aluguéis	3.305	4.442
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	66.998	49.099
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	66.998	49.099
7.08.05	Outros	65.255	58.791
7.08.05.01	Incentivos Fiscais	65.255	58.791

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	4.013.675	3.884.901
1.01	Ativo Circulante	1.399.344	1.371.487
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	293.945	306.745
1.01.03	Contas a Receber	508.288	468.568
1.01.03.01	Clientes	508.288	468.568
1.01.04	Estoques	489.530	483.586
1.01.06	Tributos a Recuperar	81.891	80.666
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	81.891	80.666
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.596	1.518
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	21.094	30.404
1.01.08.03	Outros	21.094	30.404
1.01.08.03.01	Adiantamento a fornecedores	5.291	4.848
1.01.08.03.20	Outras Contas a Receber	15.803	25.556
1.02	Ativo Não Circulante	2.614.331	2.513.414
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	162.100	159.090
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	4.957	5.043
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	4.957	5.043
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	157.143	154.047
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	60.787	55.734
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	86.517	88.794
1.02.01.09.20	Incentivos Fiscais/Outros Créditos	9.839	9.519
1.02.02	Investimentos	24.469	140
1.02.02.01	Participações Societárias	140	140
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	140	140
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	24.329	0
1.02.03	Imobilizado	1.592.008	1.518.742
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.142.018	1.175.138
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	449.990	343.604
1.02.04	Intangível	835.754	835.442
1.02.04.01	Intangíveis	253.658	253.346
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	231.177	231.151
1.02.04.01.03	Software	22.481	22.195
1.02.04.02	Goodwill	582.096	582.096

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	4.013.675	3.884.901
2.01	Passivo Circulante	638.267	680.900
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	83.889	97.007
2.01.01.01	Obrigações Sociais	20.927	20.582
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	62.962	76.425
2.01.02	Fornecedores	131.326	85.554
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	131.326	85.554
2.01.03	Obrigações Fiscais	61.913	67.388
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	27.337	27.638
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.426	2.351
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	24.911	25.287
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	33.711	38.992
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	865	758
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	244.881	325.594
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	244.527	325.393
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	71.997	67.475
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	172.530	257.918
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	354	201
2.01.05	Outras Obrigações	116.258	105.357
2.01.05.02	Outros	116.258	105.357
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	66.097	66.097
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	5.743	3.678
2.01.05.02.05	Subvenções Governamentais	6.893	5.000
2.01.05.02.20	Outras Contas a Pagar	37.525	30.582
2.02	Passivo Não Circulante	423.066	383.906
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	274.101	248.016
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	273.010	247.492
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	273.010	247.492
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.091	524
2.02.02	Outras Obrigações	9.211	7.971
2.02.02.02	Outros	9.211	7.971
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições	1.241	1.275
2.02.02.02.04	Contas a Pagar	7.970	6.696
2.02.03	Tributos Diferidos	80.703	71.762
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	80.703	71.762
2.02.04	Provisões	59.051	56.157
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	59.051	56.157
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	12.984	12.993
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	39.472	36.368
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	5.078	5.279
2.02.04.01.05	Outras	1.517	1.517
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.952.342	2.820.095
2.03.01	Capital Social Realizado	990.014	827.721
2.03.02	Reservas de Capital	16.529	121.985
2.03.02.07	Reserva de Incentivos Fiscais	0	105.456
2.03.02.08	Reserva Especial	16.529	16.529

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.04	Reservas de Lucros	1.813.489	1.870.326
2.03.04.01	Reserva Legal	122.921	122.921
2.03.04.02	Reserva Estatutária	780.239	780.239
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	859.154	915.991
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	51.175	51.175
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	132.252	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	3	3
2.03.06.01	Ganhos em Participações Societárias	3	3
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	55	60

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.080.980	948.420
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-685.347	-598.609
3.02.01	Custo dos Produtos Vendidos	-729.952	-643.472
3.02.02	Subvenções para investimentos estaduais	44.605	44.863
3.03	Resultado Bruto	395.633	349.811
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-238.990	-223.038
3.04.01	Despesas com Vendas	-182.460	-172.219
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-51.506	-47.554
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-38.377	-35.427
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-6.318	-5.536
3.04.02.03	Honorários da Administração	-2.338	-2.299
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-4.473	-4.292
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.541	14.090
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.565	-17.342
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-13
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	156.643	126.773
3.06	Resultado Financeiro	-3.741	-6.027
3.06.01	Receitas Financeiras	23.309	8.763
3.06.02	Despesas Financeiras	-27.050	-14.790
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	152.902	120.746
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-20.650	-12.733
3.08.01	Corrente	-11.709	-2.845
3.08.02	Diferido	-8.941	-9.888
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	132.252	108.013
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	132.252	108.013
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	132.252	108.013
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,16573	0,95208
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,16573	0,95208

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	132.252	108.013
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5	-2
4.02.02	Ajustes de Conversão de Período	-5	-2
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	132.247	108.011
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	132.247	108.011

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	145.613	198.497
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	179.176	152.191
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR e CSLL	152.902	120.746
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	24.845	22.657
6.01.01.03	Custo na Venda de Ativos Permanentes	12	5.674
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	0	13
6.01.01.05	Atualização Financiamentos/Aplicações Financiam	1.417	3.101
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.255	64.910
6.01.02.01	(Aumento) Contas a Receber Clientes	-39.721	-7.837
6.01.02.02	(Aumento)Redução nos Estoques	-6.429	38.098
6.01.02.03	Redução nos Impostos a Recuperar	5.010	4.781
6.01.02.04	Redução em Outras Contas a Receber	857	1.825
6.01.02.05	Aumento em Fornecedores	45.772	35.674
6.01.02.06	(Redução) nos Impostos e Contribuições	-15.690	-4.135
6.01.02.07	Aumento(Redução) nas Subvenções Governamentais	1.774	-3.203
6.01.02.08	Aumento(Redução) em Contas a Pagar e Provisões	172	-293
6.01.03	Outros	-25.308	-18.604
6.01.03.02	Juros e Variações Cambiais Pagos	-19.725	-20.979
6.01.03.03	IR e CSLL Pagos	-5.583	-393
6.01.03.04	Liberação de incentivos para Reinvestimentos	0	2.768
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-93.290	-101.809
6.02.01	Aquisição de Imobilizado, Diferido e Intangível	-93.052	-67.059
6.02.07	Amortização de dívida da aquisição de empresas	-238	-34.750
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-65.123	113.486
6.03.01	Financiamentos tomados	77.145	128.488
6.03.02	Pagamentos de Financiamentos	-142.268	-15.002
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-12.800	210.174
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	306.745	142.937
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	293.945	353.111

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	827.721	121.985	1.870.326	0	63	2.820.095	0	2.820.095
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	827.721	121.985	1.870.326	0	63	2.820.095	0	2.820.095
5.04	Transações de Capital com os Sócios	162.293	-105.456	-56.837	0	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	162.293	-105.456	-56.837	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	132.252	-5	132.247	0	132.247
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	132.252	0	132.252	0	132.252
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-5	-5	0	-5
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-5	-5	0	-5
5.07	Saldos Finais	990.014	16.529	1.813.489	132.252	58	2.952.342	0	2.952.342

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	802.631	121.985	1.486.220	-262	44	2.410.618	0	2.410.618
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	802.631	121.985	1.486.220	-262	44	2.410.618	0	2.410.618
5.04	Transações de Capital com os Sócios	25.090	0	-25.090	0	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	25.090	0	-25.090	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	108.013	-2	108.011	0	108.011
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	108.013	0	108.013	0	108.013
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2	-2	0	-2
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-2	-2	0	-2
5.07	Saldos Finais	827.721	121.985	1.461.130	107.751	42	2.518.629	0	2.518.629

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	1.245.990	1.108.338
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.233.054	1.089.671
7.01.02	Outras Receitas	7.982	11.786
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	6.707	9.891
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.753	-3.010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-780.208	-706.417
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-510.363	-454.987
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-263.642	-242.951
7.02.04	Outros	-6.203	-8.479
7.02.04.01	Materiais Relativos à Construção Ativos Próprios	-6.203	-8.479
7.03	Valor Adicionado Bruto	465.782	401.921
7.04	Retenções	-24.845	-22.657
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-24.845	-22.657
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	440.937	379.264
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	23.309	8.750
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-13
7.06.02	Receitas Financeiras	23.309	8.763
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	464.246	388.014
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	464.246	388.014
7.08.01	Pessoal	165.042	140.089
7.08.01.01	Remuneração Direta	107.593	98.432
7.08.01.02	Benefícios	45.899	33.123
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.050	8.070
7.08.01.04	Outros	500	464
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	136.597	120.233
7.08.02.01	Federais	82.064	71.751
7.08.02.02	Estaduais	52.253	47.357
7.08.02.03	Municipais	2.280	1.125
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	30.354	19.679
7.08.03.01	Juros	27.049	14.790
7.08.03.02	Aluguéis	3.305	4.889
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	66.998	49.222
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	66.998	49.222
7.08.05	Outros	65.255	58.791
7.08.05.01	Incentivos Fiscais	65.255	58.791

Comentário do Desempenho

Aos Senhores acionistas e à Sociedade,

A Administração da **M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos** anuncia e submete à sua apreciação os resultados do primeiro trimestre de 2014 (1T14). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis internacionais - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") - emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A M. Dias Branco apresenta ao mercado os seus resultados referentes ao primeiro trimestre de 2014 (1T14), ratificando seu compromisso com as melhores práticas de transparência e de divulgação, a fim de permitir aos acionistas e à sociedade a mais ampla e correta interpretação de seu negócio e de seus resultados.

No 1T14, a Companhia prosseguiu com seus objetivos de crescimento de receita, crescimento de volume e recomposição de suas margens. A Receita Líquida no período atingiu R\$ 1.081,0 milhões (+14,0% em relação 1T13), fruto do crescimento de 4,6% em volume de vendas e 9,1% no preço médio.

O volume de vendas da Companhia atingiu 410,2 mil toneladas em comparação as 392,2 mil toneladas apresentadas no 1T13. Os destaques de crescimento de volume foram os segmentos de Biscoitos, Farinha e Farelo, e Massas, com aumento de 6,6%, 5,3% e 4,5%, respectivamente. Importante destacar também o crescimento do segmento de Bolos e Snacks que, embora com menor representatividade no volume global da Companhia, o volume de vendas do 1T14 foi o dobro do apresentado no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA atingiu o valor de R\$ 181,5 milhões no primeiro trimestre do ano corrente, um crescimento de 21,4% em relação ao mesmo período do ano passado. O Lucro Líquido também apresentou um crescimento expressivo de 22,4% em relação ao 1T13, atingindo R\$ 132,2 milhões no 1T14. A margem EBITDA alcançou 16,8% apresentando uma recuperação de 1,0 ponto percentual em relação ao 1T13 e de 3,8 pontos percentuais em relação ao quarto trimestre do ano passado. A Margem Líquida, por sua vez, alcançou 12,2% no 1T14, 0,8 ponto percentual maior que o mesmo período do ano anterior.

Os dados acima, que serão apresentados com mais detalhes ao longo deste *release*, demonstram que a Companhia segue expandindo suas atividades e continua com o processo de elevação de suas receitas e volumes de vendas.

De acordo com dados coletados pela *A.C. Nielsen* referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2014, a M. Dias Branco mantém sua posição de liderança no mercado nacional de biscoitos e massas, em volume de vendas, respectivamente, com 28,5% e 29,0% de *market-share*. Esse resultado demonstra um crescimento de 1,9 ponto percentual na participação de mercado nacional de biscoitos e 2,4 pontos percentuais na participação de mercado nacional de massas, comparado com o mesmo período de 2013, fruto do crescimento de volume de vendas da Companhia.

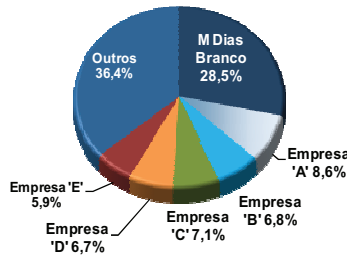
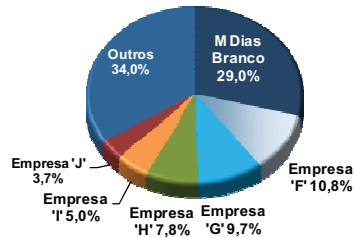
A geração de caixa operacional da Companhia no 1T14 foi de R\$ 145,5 milhões, contribuindo para atingir R\$ 293,9 milhões em caixa. No mesmo período, a M. Dias Branco realizou investimentos de R\$ 119,6 milhões destinados para expansão orgânica, recursos estes necessários para os projetos de ampliação, modernização e manutenção de seu parque industrial, com o propósito de atender ao crescimento da demanda do mercado por seus produtos, entrada em novos segmentos e a necessidade de matérias-primas para consumo interno (verticalização).

A Administração segue otimista com relação ao desempenho da Companhia, ciente dos desafios que se apresentam neste e nos próximos anos referentes à implementação de sua estratégia e expansão de seus resultados, e prosseguirá com os melhores esforços e com o propósito de maximização do valor da riqueza de seus acionistas.

Comentário do Desempenho

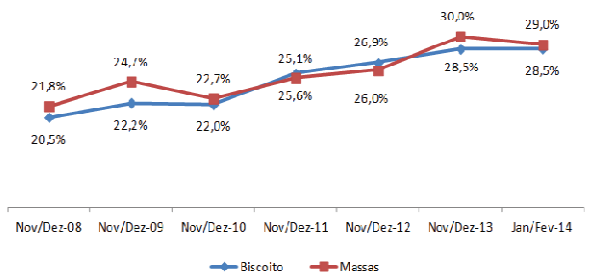
DESTAQUES OPERACIONAIS

MARKET SHARE E CONCENTRAÇÃO DE VENDAS*

Market Share Biscoitos* - Brasil
(em % de volume vendido)Market Share Massas* - Brasil
(em % de volume vendido)

* Dados da AC NIELSEN para os meses de janeiro e fevereiro de 2014 * Dados da AC NIELSEN para os meses de janeiro e fevereiro de 2014

Evolução histórica - Market Share* - Brasil (em % de volume vendido)



* DADOS DA AC NIELSEN.

Obs: Os dados consideram Vitarella a partir de 2008, Pifar e Estrela a partir de 2011 e Monho Santa Lúcia a partir de 2012.

*A partir do 3T13 foram considerados nas estatísticas de participação do mercado os Estados do Piauí, Maranhão e Mato Grosso, bem como toda a Região Norte, que anteriormente não eram considerados na pesquisa da AC NIELSEN.

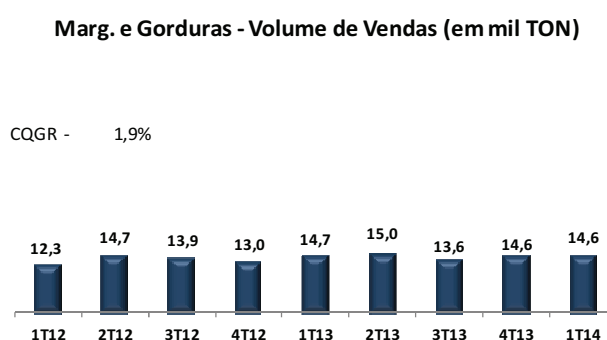
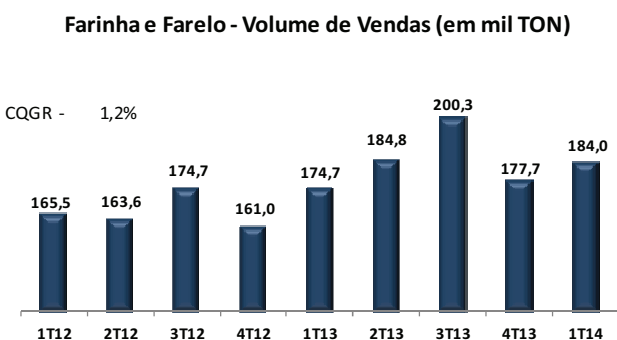
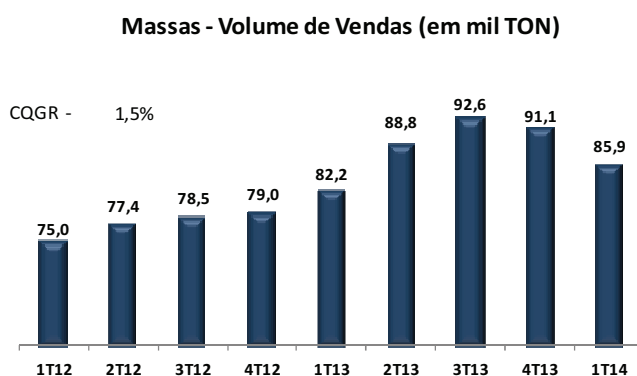
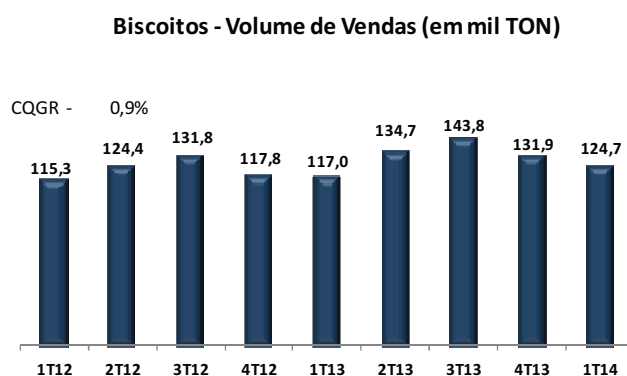
Mix de Clientes	1T14	1T13	Varição
Varejo	40,5%	37,6%	2,9 p.p
Atacado / Distribuidores	44,7%	46,4%	-1,7 p.p
Grandes Redes	12,2%	12,5%	-0,3 p.p
Indústria	2,1%	2,6%	-0,5 p.p
Outros	0,5%	0,9%	-0,4 p.p
TOTAL	100,0%	100,0%	

Maiores Clientes		Vendas 1T14 (R\$ Milhões) *	Participação na Receita Líquida de Descontos	
Seqüência	Acumulado		Na Faixa	Acumulada
Maior Cliente	1	97,2	7,6%	7,6%
49 Subsequentes	50	314,0	24,7%	32,3%
50 Subsequentes	100	95,7	7,5%	39,8%
900 Subsequentes	1.000	367,1	28,8%	68,6%
Demais Clientes	Todos clientes	399,6	31,4%	100,0%
TOTAL		1.273,6		

* Receita líquida de descontos

Comentário do Desempenho

EVOLUÇÃO DO VOLUME DE VENDAS



CQGR - Compounded Quarterly Growth Rate

NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO

Produção Efetiva / Capacidade de Produção *	Biscoitos		Massas		Farinha e Farelo		Marg. e Gorduras		Bolos e Snacks		Total	
	1T14	1T13	1T14	1T13	1T14	1T13	1T14	1T13	1T14	1T13	1T14	1T13
Produção Total	125,7	119,8	87,3	85,1	310,1	298,2	29,2	31,8	1,0	0,5	553,3	535,4
Capacidade Total de Produção	194,6	187,1	119,4	114,7	382,7	382,7	45,0	45,0	2,0	1,8	743,7	731,3
Nível de Utilização da Capacidade	64,6%	64,0%	73,1%	74,2%	81,0%	77,9%	64,9%	70,7%	50,0%	27,8%	74,4%	73,2%

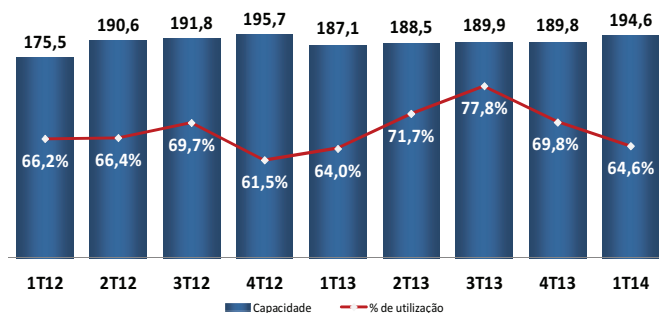
* Em mil toneladas

Produção Efetiva / Capacidade de Produção *	Biscoitos		Massas		Farinha e Farelo		Marg. e Gorduras		Bolos e Snacks		Total	
	1T14	4T13	1T14	4T13	1T14	4T13	1T14	4T13	1T14	4T13	1T14	4T13
Produção Total	125,7	132,5	87,3	89,2	310,1	305,2	29,2	31,9	1,0	1,0	553,3	559,8
Capacidade Total de Produção	194,6	189,8	119,4	116,8	382,7	382,7	45,0	45,0	2,0	1,8	743,7	736,1
Nível de Utilização da Capacidade	64,6%	69,8%	73,1%	76,4%	81,0%	79,7%	64,9%	70,9%	50,0%	55,6%	74,4%	76,0%

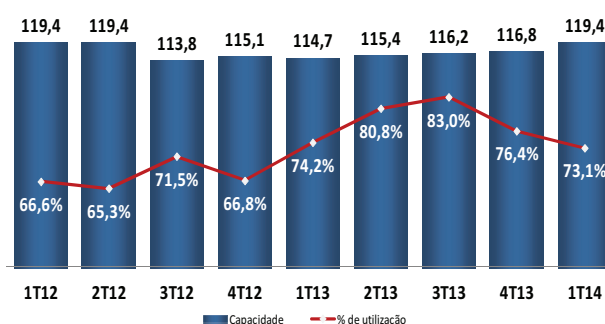
* Em mil toneladas

Comentário do Desempenho

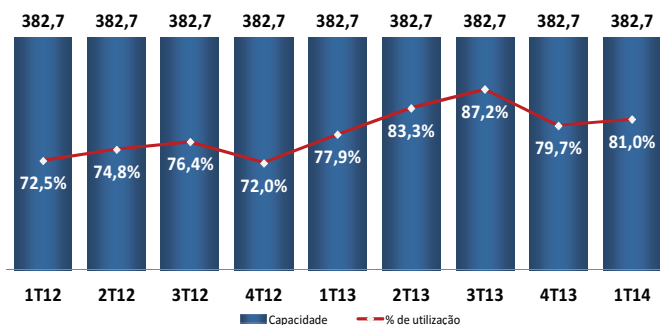
Biscoitos - Capacidade de Produção (em mil TON) e Nível de Utilização (%)



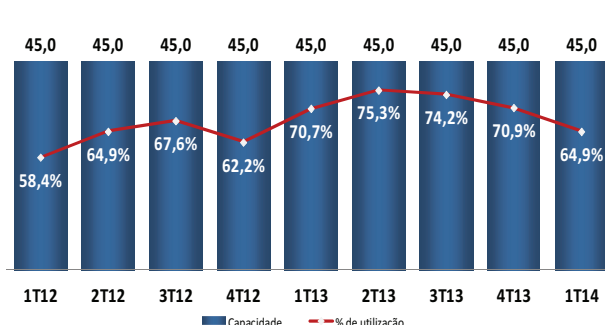
Massas - Capacidade de Produção (em mil TON) e Nível de Utilização (%)



Farinha e Farelo - Capacidade de Produção (em mil TON) e Nível de Utilização (%)



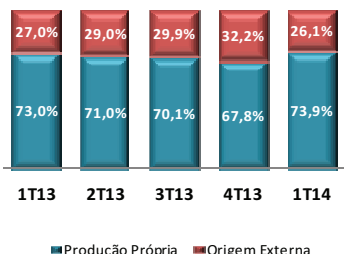
Marg. e Gorduras - Capacidade de Produção (em mil TON) e Nível de Utilização (%)



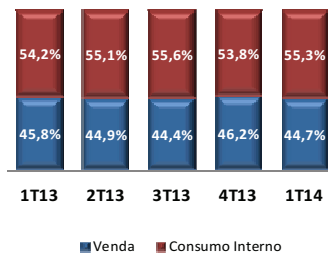
VERTICALIZAÇÃO

FARINHA DE TRIGO

CONSUMO DA COMPANHIA

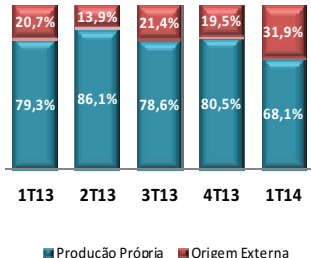


DESTINO DA PRODUÇÃO

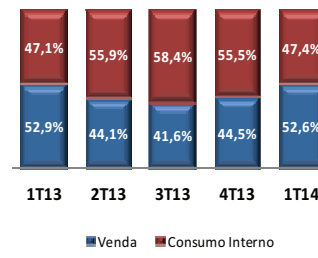


GORDURAS

CONSUMO DA COMPANHIA



DESTINO DA PRODUÇÃO



RESULTADOS DO PERÍODO

RECEITA LÍQUIDA

A **Receita Líquida** cresceu **14,0%** no **1T14** frente ao 1T13 em função do aumento de 9,1% no preço médio de vendas e de 4,6% nos volumes vendidos, em virtude das ações comerciais realizadas no período e pelo investimento contínuo nas marcas. No comparativo **1T14** versus 4T13, a queda de **4,2%** da Receita Líquida é consequência, essencialmente, da redução de 2,2% no preço médio de vendas e de 1,9% nos volumes vendidos.

A diminuição no volume de vendas foi influenciada pelo menor número de dias úteis no 1T14 comparado ao 4T13, e também em função de algumas dificuldades operacionais do processo de incorporação da

Comentário do Desempenho

Vitarella, associadas à implantação do sistema integrado de informações, consideradas normais para esse tipo de operação, e que já foram todas superadas.

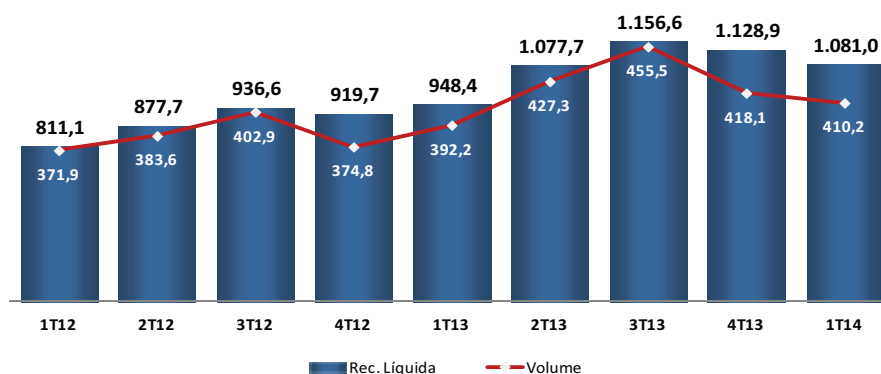
Linhas de Produto	1T14			1T13			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	564,9	124,7	4,53	493,2	117,0	4,22	14,5%	6,6%	7,3%
Massas	248,5	85,9	2,89	214,8	82,2	2,61	15,7%	4,5%	10,7%
Farinha e Farelo	207,3	184,0	1,13	185,0	174,7	1,06	12,1%	5,3%	6,6%
Margarinas e Gorduras	48,5	14,6	3,32	46,5	14,7	3,16	4,3%	-0,7%	5,1%
Bolos e Snacks	11,8	1,0	11,80	5,7	0,5	11,40	107,0%	100,0%	3,5%
Diversos	-	-	-	3,2	3,1	1,03	-	-	-
TOTAL	1.081,0	410,2	2,64	948,4	392,2	2,42	14,0%	4,6%	9,1%

* Receita Líquida em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

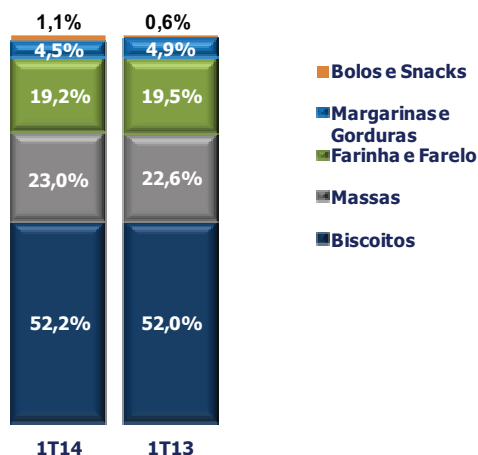
Linhas de Produto	1T14			4T13			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	564,9	124,7	4,53	599,4	131,9	4,54	-5,8%	-5,5%	-0,2%
Massas	248,5	85,9	2,89	263,2	91,1	2,89	-5,6%	-5,7%	0,0%
Farinha e Farelo	207,3	184,0	1,13	202,8	177,7	1,14	2,2%	3,5%	-0,9%
Margarinas e Gorduras	48,5	14,6	3,32	50,4	14,6	3,45	-3,8%	0,0%	-3,8%
Bolos e Snacks	11,8	1,0	11,80	11,2	0,9	12,44	5,4%	11,1%	-5,1%
Diversos	-	-	-	1,9	1,9	1,00	-	-	-
TOTAL	1.081,0	410,2	2,64	1.128,9	418,1	2,70	-4,2%	-1,9%	-2,2%

* Receita Líquida em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

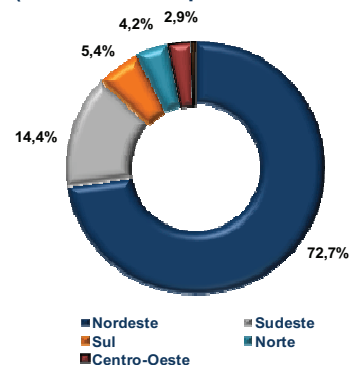
Receita Líquida (em R\$ milhões) e Volume Líquido (em ton mil)



Composição da Receita Operacional Líquida



Vendas por Região - 1T14 (% da Receita Líquida de Descontos)



Nota1: Diversos representaram 0,4% da receita operacional líquida no 1T13.

Nota2: As exportações representaram 0,4% da receita líquida de descontos no 1T14.

Comentário do Desempenho

BISCOITOS

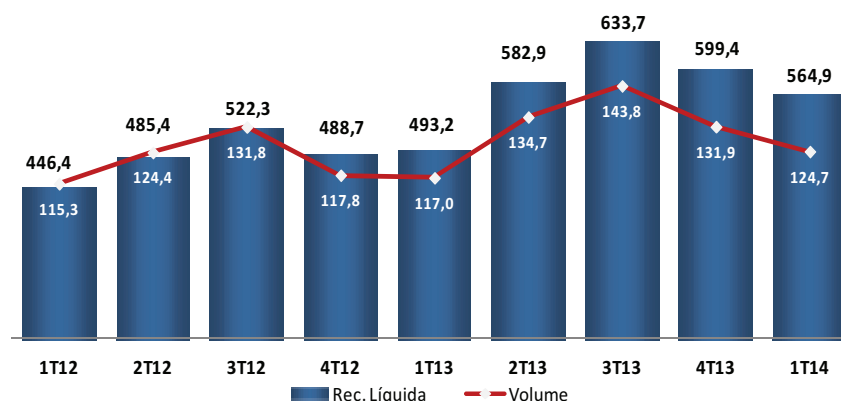
O aumento de **14,5%** na **receita líquida** de biscoitos no comparativo entre o **1T14** e o 1T13, decorreu pela combinação do aumento de 7,3% nos preços médios praticados e 6,6% no volume de vendas de biscoitos. O aumento de preço do período acompanhou o crescimento médio dos preços praticados no mercado e a elevação dos volumes vendidos ocorreu principalmente na região Nordeste e Sudeste.

Destacamos que as campanhas internas de incentivo às equipes de vendas, substituição de distribuidores e representantes por novos distribuidores e vendedores próprios (no Sudeste), e a maior exposição dos produtos nos pontos de vendas foram fundamentais para o crescimento observado no 1T14 *versus* 1T13.

Em relação ao 4T13, houve queda de **5,8%** na **receita líquida** de biscoitos, essencialmente pela redução de **5,5%** no volume total vendido, em virtude dos fatores já mencionados.

Importante ressaltar que a Companhia vem investindo em inovação, desenvolvendo novos produtos de acordo com as tendências do mercado. No 1T14, a Companhia obteve uma receita bruta de R\$ 28,5 milhões com novos biscoitos lançados nos últimos 24 meses.

Biscoitos- Receita Líquida (em R\$ milhões) e Volume líquido (em ton mil)



MASSAS

A **receita líquida de massas** aumentou **15,7%** no **1T14** em relação ao 1T13, em virtude da combinação do aumento no volume de vendas de 4,5%, principalmente, na região Nordeste, e aumento no preço médio de 10,7%, seguindo o aumento médio do preço praticado pelo mercado que vem ocorrendo em função da elevação dos custos.

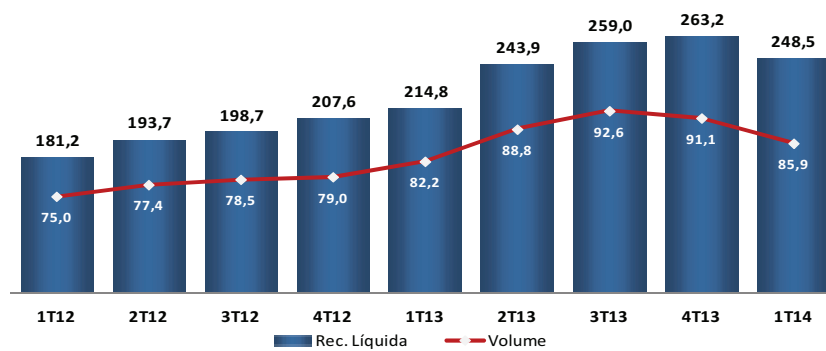
Destacamos que o esforço da área comercial através de ações para maior exposição dos produtos, substituição de representantes por vendedores próprios treinados e focados nas vendas através do canal varejo direto, atuação de novos distribuidores e a captação de novos clientes proporcionaram o crescimento no volume de vendas observado no 1T14 *versus* 1T13.

A **receita líquida de massas** reduziu **5,6%** no comparativo do **1T14** com 4T13, principalmente, pela diminuição do volume de vendas em 5,7%, em virtude dos fatores já mencionados.

No tocante ao incremento de vendas decorrente do desenvolvimento de novos produtos, no 1T14, a Companhia obteve uma receita bruta de R\$ 5,8 milhões com novos lançamentos nos últimos 24 meses.

Comentário do Desempenho

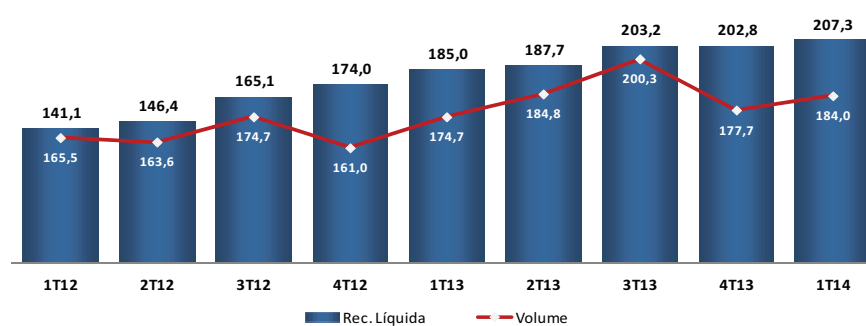
Massas - Receita Líquida (em R\$ milhões) e Volume líquido (em ton mil)



FARINHA E FARELO DE TRIGO

A **receita líquida de farinha e farelo de trigo** apresentou, no comparativo do **1T14** com o 1T13, crescimento de **12,1%** em função do aumento no volume de vendas de **5,3%**, principalmente na farinha industrial Medalha de Ouro e na farinha doméstica Finna, e aumento de preço médio de venda praticado de **6,6%**, em virtude dos reajustes decorrentes do aumento do custo de aquisição do trigo em grão. No comparativo **1T14** versus 4T13, a **receita líquida de farinha e farelo de trigo** aumentou **2,2%**, decorrente do aumento de 3,5% no volume de vendas.

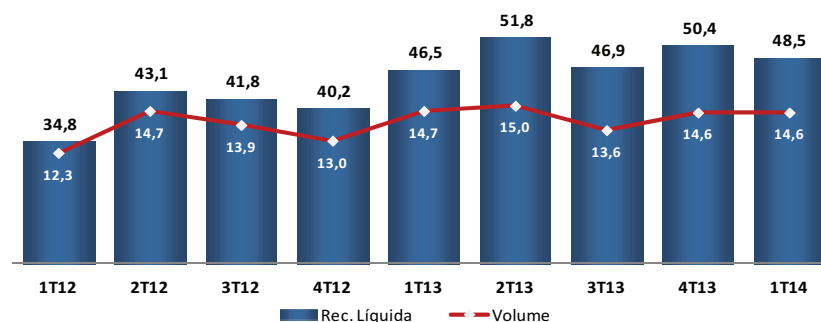
Farinha e Farelo- Receita Líquida (em R\$ milhões) e Volume líquido (em ton mil)



MARGARINAS E GORDURAS

A **receita líquida de margarinas e gorduras** apresentou crescimento de **4,3%** no comparativo do **1T14** com o 1T13, em virtude do aumento no preço médio praticado de **5,1%**. No comparativo do 1T14 com 4T13, a Companhia reduziu o preço médio em 3,8%, garantindo a manutenção dos volumes. O Nordeste continua sendo a região mais representativa com **91,7%** dos volumes vendidos de **margarinas e gorduras**.

Marg. e Gorduras- Receita Líquida (em R\$ milhões) e Volume líquido (em ton mil)








Comentário do Desempenho

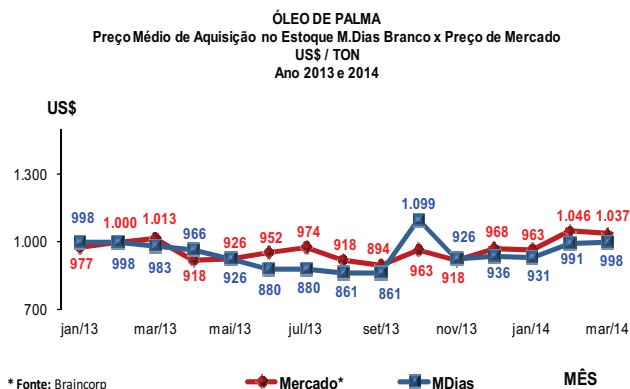
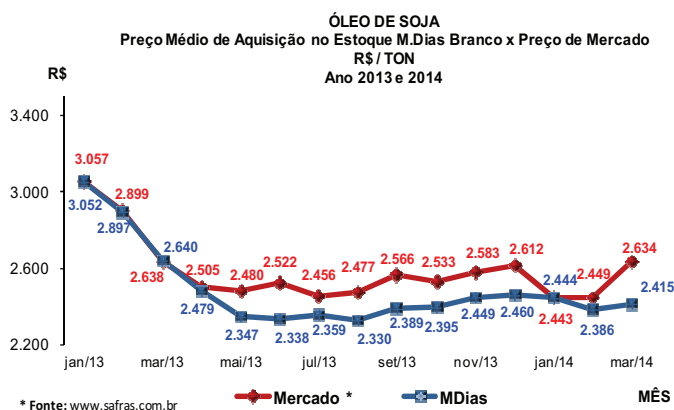
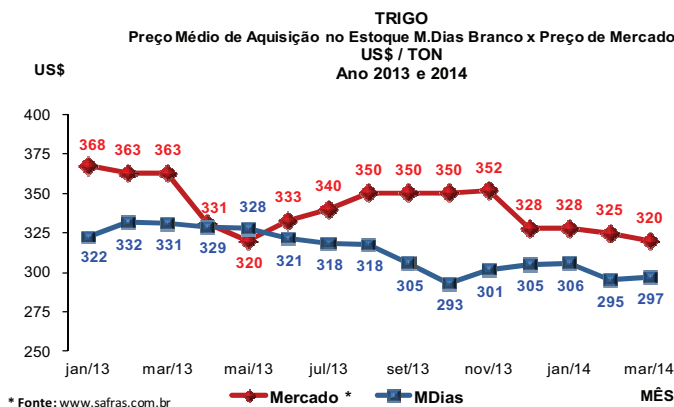
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

Custos Operacionais (R\$ milhões)	1T14	% RL	1T13	% RL	AH% 1T13-1T14	4T13	% RL	AH% 4T13-1T14
Matéria Prima	499,5	46,2%	444,9	46,9%	12,3%	502,6	44,5%	-0,6%
Trigo	293,3	27,1%	252,7	26,6%	16,1%	293,3	26,0%	0,0%
Óleo	58,2	5,4%	59,8	6,3%	-2,7%	63,0	5,6%	-7,6%
Açúcar	26,5	2,5%	22,0	2,3%	20,5%	27,8	2,5%	-4,7%
Farinha de Terceiros	59,7	5,5%	51,4	5,4%	16,1%	53,3	4,7%	12,0%
Gordura de Terceiros	15,7	1,5%	10,4	1,1%	51,0%	11,8	1,0%	33,1%
Outros insumos	46,1	4,3%	48,6	5,1%	-5,1%	53,4	4,7%	-13,7%
Embalagens	73,0	6,8%	61,1	6,4%	19,5%	73,2	6,5%	-0,3%
Mão-de-obra	81,5	7,5%	68,4	7,2%	19,2%	88,2	7,8%	-7,6%
Gastos Gerais de Fabricação	55,6	5,1%	47,5	5,0%	17,1%	57,9	5,1%	-4,0%
Depreciação e Amortização	20,4	1,9%	18,4	1,9%	10,9%	20,2	1,8%	1,0%
Diversos	-	0,0%	3,2	0,3%	-100,0%	1,9	0,2%	-100,0%
Total dos Custos Operacionais	730,0	67,5%	643,5	67,9%	13,4%	744,0	65,9%	-1,9%

A representatividade dos custos dos produtos vendidos sobre a receita líquida apresentou redução de **0,4 p.p.** no comparativo 1T14 x 1T13 e aumento de **1,6 p.p.** no comparativo 1T14 x 4T13. As variações nos custos dos produtos vendidos decorreram, essencialmente, dos seguintes fatores:

-  Aumento do custo médio do trigo da Companhia em **3,2%** com relação ao 1T13 e de **1,6%** com relação ao 4T13, decorrente do acréscimo dos preços praticados no mercado para aquisição desse insumo e da variação média do Dólar em relação ao Real de **18,4%** entre **1T14** e 1T13 e de **4,0%** entre o 1T14 e 4T13;
-  Redução do custo médio do óleo vegetal da Companhia em **9,7%** no comparativo **1T14** x 1T13, e de **8,2%** no **1T14** versus 4T13 decorrente da queda dos preços praticados no mercado para aquisição desse insumo.
-  Aumento no custo médio do açúcar da Companhia de **6,6%** no comparativo do **1T14** em relação ao 1T13 de **3,5%** com relação ao 4T13, decorrente dos preços praticados no mercado para aquisição desse insumo, onde a variação dos preços está diretamente relacionada à quantidade de cana de açúcar produzida e aos destinos dessa matéria prima (produção de açúcar ou álcool);
-  Aumento no custo médio das embalagens da Companhia de **14,6%** no comparativo do **1T14** em relação ao 1T13 em função dos aumentos de preços praticados pela indústria petroquímica, em razão de elevação do custo de matéria prima na industrialização de embalagens;
-  Aumento da participação percentual dos custos da mão-de-obra e gastos gerais de fabricação em virtude, essencialmente, dos reajustes salariais e maiores gastos com serviços de manutenção.

Comentário do Desempenho

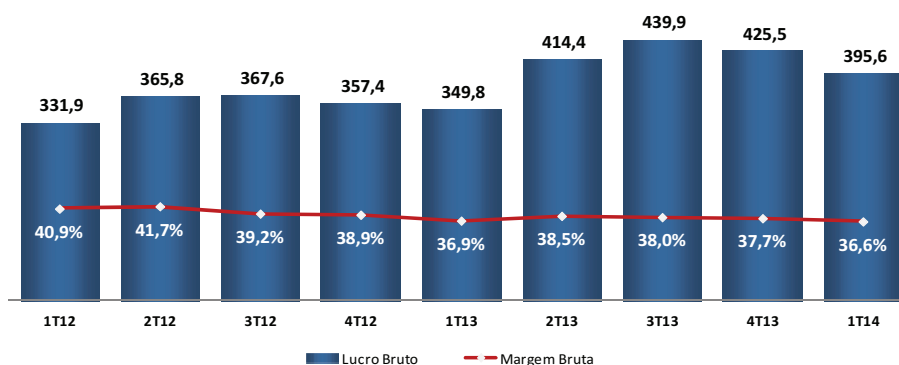


LUCRO BRUTO

O lucro bruto da Companhia atingiu **R\$ 395,6 milhões** no **1T14**, representando um crescimento de **13,1%** sobre 1T13, e redução de **7,0%** sobre o 4T13.

O lucro bruto contempla as subvenções para investimentos estaduais, no montante de **R\$ 44,6 milhões** no **1T14**, que transitam pelo resultado em atendimento ao CPC 07 – Subvenções Governamentais. Importante ressaltar que tais subvenções, não obstante sua inequívoca essência econômica de alocação de capital para suportar investimentos, sem configurar qualquer hipótese de redução de custos ou de despesas, passaram a transitar, a partir do exercício de 2008, no resultado do exercício, quando entrou em vigor o supracitado CPC.

Evolução histórica - Lucro Bruto e Margem bruta



Comentário do Desempenho

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas Operacionais (R\$ milhões)	1T14	% RL	1T13	% RL	AH% 1T13-1T14	4T13	% RL	AH% 4T13-1T14
Vendas	182,5	16,9%	172,2	18,2%	6,0%	229,2	20,3%	-20,4%
Administrativas e gerais	38,4	3,6%	35,4	3,7%	8,5%	48,5	4,3%	-20,8%
Honorários da administração	2,3	0,2%	2,3	0,2%	0,0%	2,8	0,2%	-17,9%
Tributárias	6,3	0,6%	5,5	0,6%	14,5%	5,5	0,5%	14,5%
Depreciação e amortização	4,5	0,4%	4,3	0,5%	4,7%	4,8	0,4%	-6,2%
Outras desp./(rec.) operac.	5,0	0,5%	3,3	0,3%	51,5%	12,3	1,1%	-59,3%
TOTAL	239,0	22,1%	223,0	23,5%	7,2%	303,1	26,8%	-21,1%

A representatividade das despesas operacionais sobre a receita líquida no **1T14** apresentou redução de **1,4 p.p.** no comparativo com o 1T13 e de **4,7 p.p.** no comparativo com o 4T13.

No **1T14**, as **despesas com vendas** apresentaram um aumento de **6,0%** em relação ao 1T13, representando 16,9% da receita líquida, em virtude dos seguintes fatores: (i) reajustes salariais em função de acordos coletivos, bem como o aumento na provisão de participações nos lucros e resultados, em virtude do crescimento do resultado, e pagamento de indenizações trabalhistas; (ii) aumento dos gastos logísticos, refletidos pela expansão dos volumes de vendas; e (iii) maiores gastos com publicidade e propaganda, principalmente com produções e mídias em campanhas publicitárias. Em comparação ao 4T13, as **despesas com vendas** apresentaram diminuição de **20,4%** no **1T14**, principalmente, nos gastos com ações comerciais e propaganda e publicidade.

As **despesas administrativas** apresentaram acréscimo de **8,5%** no **1T14** em relação ao 1T13, em virtude dos reajustes salariais em função de acordos coletivos, do aumento na provisão de participações nos lucros e resultados, pagamento de indenizações trabalhistas e despesas com viagens e estadas, em função do processo de incorporação da Vitarella. Na comparação com o 4T13, as **despesas administrativas** diminuíram **20,8%** no **1T14**, em virtude do decréscimo da despesa com serviços de consultoria e das demais despesas realizadas em função da Vitarella.

RESULTADOS FINANCEIROS

No sentido de promover uma melhor compreensão das variações ocorridas no resultado financeiro, optou-se por evidenciar e analisar as variações cambiais e operações com *swap* do período de forma segregada das demais receitas e despesas financeiras, como demonstrado no quadro abaixo:

Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	1T14	1T13	AH% 1T13-1T14	4T13	AH% 4T13-1T14
Receitas Financeiras	9,1	5,7	59,6%	10,0	-9,0%
Despesas Financeiras	(7,9)	(10,4)	-24,0%	(9,8)	-19,4%
Variações Cambiais	4,9	(1,0)	-590,0%	(10,5)	-146,7%
Perdas / Ganhos com <i>swap</i>	(9,9)	(0,4)	2375,0%	9,9	-200,0%
TOTAL	(3,8)	(6,1)	-37,7%	(0,4)	850,0%

As receitas financeiras aumentaram no **1T14** em relação ao mesmo período do ano anterior, em virtude de maior rendimento com aplicações financeiras, pelo aumento no CDI e do maior volume médio de aplicações financeiras no 1T14. Nesse mesmo período, as despesas financeiras diminuíram em virtude da redução do endividamento da Companhia após a liquidação das debêntures e redução dos financiamentos diretos com aquisição de empresas. Com relação às variações cambiais, obtivemos uma receita de R\$ 4,9 milhões e uma perda com operações de *swap* de R\$ 9,9 milhões, decorrente do reconhecimento do valor justo dos contratos de *swaps*, correspondendo a uma despesa de R\$ 1,0 milhão, e principalmente, em função da desvalorização do dólar frente ao Real em 3,4% contra um aumento do CDI de mar/14 versus dez/13.

Comentário do Desempenho

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ Milhões)	1T14	1T13	AH% 1T13-1T14
IRPJ e CSLL	35,7	26,6	34,2%
Incentivo Fiscal - IRPJ	(15,1)	(13,9)	8,6%
TOTAL	20,6	12,7	62,2%

As variações de imposto **IRPJ e CSLL**, bem como dos **incentivos fiscais federais** no período de **1T14** em relação ao **1T13**, estão relacionadas, principalmente, ao aumento no lucro antes dos impostos, decorrente do crescimento nas vendas do 1T14.

O **aumento de 34,2%** no **imposto de renda e contribuição social no 1T14** em relação ao 1T13 foi decorrente do crescimento do resultado antes dos impostos e, conseqüentemente, da base de cálculo dos tributos. Vale salientar que as subvenções para investimento estaduais, reconhecidas no resultado por força do CPC 07, não integram a base de cálculo dos referidos tributos.

O valor dos **incentivos fiscais federais, recebidos mediante dedução do valor do imposto de renda (IRPJ) devido**, cresceu **8,6% no 1T14** em relação ao 1T13, em virtude da evolução dos resultados produzidos pelos investimentos incentivados. É importante mencionar que em 31 de dezembro de 2013 terminou a vigência dos incentivos fiscais federais concedidos às unidades instaladas na Bahia e em Maracanaú/CE. Contudo, a Companhia está ultimando novos pleitos a fim de comprovar a realização de investimentos na modernização das unidades da Bahia e de Maracanaú/CE, o qual será apresentado à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, oportunamente. É importante mencionar que os incentivos retroagem ao início do ano de aprovação.

Importante salientar que a partir de janeiro de 2009 foi vedada a amortização contábil do ágio. Contudo, tal procedimento não alterou os efeitos fiscais da amortização do ágio que passou a ser realizada nos termos do RTT - Regime Tributário de Transição, previsto na Lei nº 11.941/09. Assim, a Companhia, por força de exigência contida no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599/09) - vem constituindo, a débito da conta de despesa de IRPJ e CSLL inclusa em seu resultado, obrigações fiscais diferidas decorrentes dessa amortização, apenas para fins fiscais, mesmo não vislumbrando a possibilidade de futura realização de tal obrigação. No 1T14 e 1T13, a Companhia registrou na despesa de IRPJ e CSLL, a esse título, o valor equivalente a R\$ 5,9 milhões e R\$ 5,8 milhões, respectivamente.

Cronograma de realização de créditos fiscais decorrentes da amortização do ágio	
Período (R\$ Milhões)	
abr-dez/14	17,6
2015	23,4
2016	23,1
2017	20,0
2018	13,6
2019	12,5
TOTAL	110,2

Comentário do Desempenho

EBITDA E LUCRO LÍQUIDO

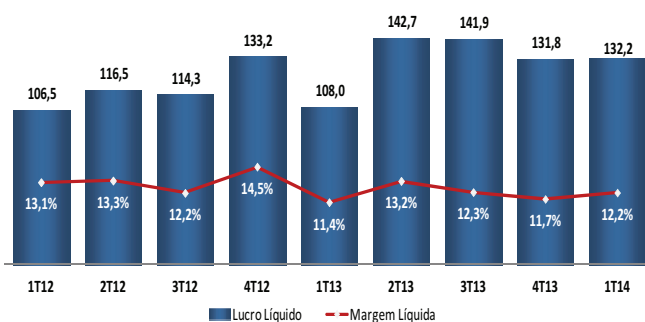
EBITDA A PARTIR DO LUCRO LÍQUIDO:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA (em R\$ milhões)	1T14	1T13	Variação	4T13	Variação
Lucro Líquido	132,2	108,0	22,4%	131,8	0,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	35,7	26,6	34,2%	(10,2)	-450,0%
Incentivo de IRPJ	(15,1)	(13,9)	8,6%	0,2	-7650,0%
Receitas Financeiras	(23,3)	(8,7)	167,8%	(15,6)	49,4%
Despesas Financeiras	27,1	14,8	83,1%	16,0	69,4%
Depreciação e Amortização sobre CPV	20,4	18,4	10,9%	20,2	1,0%
Depreciação e Amortização Despesas Adm/Com	4,5	4,3	4,7%	4,8	-6,2%
EBITDA	181,5	149,5	21,4%	147,2	23,3%
Margem EBITDA	16,8%	15,8%	1,0 p.p	13,0%	3,8 p.p

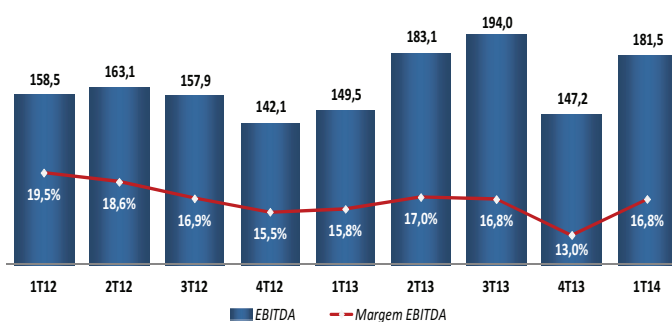
EBITDA A PARTIR DA RECEITA BRUTA:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA (em R\$ milhões)	1T14	1T13	Variação	4T13	Variação
Receita Bruta	1.288,8	1.121,6	14,9%	1.325,8	-2,8%
Impostos e deduções sobre vendas	(207,8)	(173,2)	20,0%	(196,9)	5,5%
Custos dos produtos vendidos - CPV	(685,4)	(598,6)	14,5%	(703,4)	-2,6%
Depreciação e Amortização sobre CPV	20,4	18,4	10,9%	20,2	1,0%
Despesas Operacionais	(239,0)	(223,0)	7,2%	(303,1)	-21,1%
Equivalência patrimonial	-	-	-	(0,2)	-100,0%
Depreciação e Amortização Despesas Adm/Com	4,5	4,3	4,7%	4,8	-6,2%
EBITDA	181,5	149,5	21,4%	147,2	23,3%
Margem EBITDA	16,8%	15,8%	1,0 p.p	13,0%	3,8 p.p

Evolução histórica - Lucro líquido (em R\$ milhões) e Margem Líquida



Evolução histórica - EBITDA (em R\$ milhões) e Margem EBITDA



DÍVIDA, CAPITALIZAÇÃO E CAIXA

Capitalização (em R\$ milhões)	31/03/2014	31/03/2013	Variação
Curto Prazo	244,9	231,0	6,0%
Longo Prazo	274,1	404,8	-32,3%
Endividamento Total	519,0	635,8	-18,4%
(-) Caixa *	(298,9)	(357,8)	-16,5%
(=) Dívida Líquida	220,1	278,0	-20,8%
Patrimônio Líquido	2.952,3	2.518,6	17,2%
Capitalização	3.471,3	3.154,4	10,0%

* Inclui caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras de longo prazo.

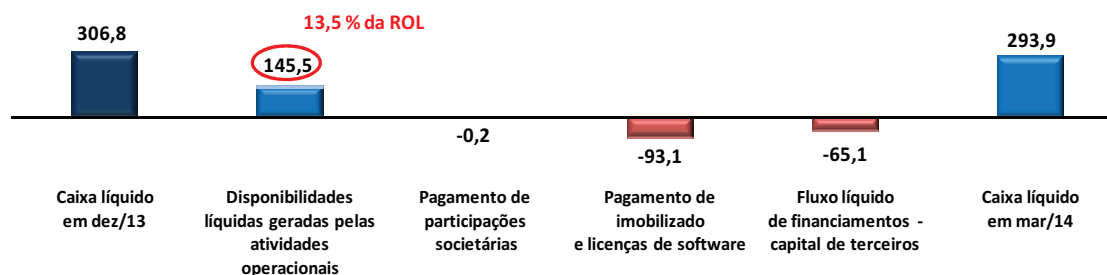
Indicadores Financeiros	31/03/2014	31/03/2013	Variação
Dívida Líquida / EBITDA (últ. 12 meses)	0,3	0,5	-40,0%
Dívida Líquida / PL	7,5%	11,0%	-3,5 p.p
Endividamento / Ativo Total	12,9%	17,5%	-4,6 p.p

Comentário do Desempenho

A Companhia possui passivos indexados em moeda estrangeira (dólar em sua maior parte) no montante de R\$ 172,5 milhões no 1T14 (R\$ 168,2 milhões no 1T13), decorrentes da importação do trigo e de financiamentos de máquinas. O montante de R\$ 170,9 milhões, representado por importação de insumos, encontra-se protegido por operações de *swap*, que consiste na troca do risco cambial por CDI, os quais são registrados pelo valor justo e cujos efeitos são contabilizados no resultado financeiro.

Endividamento (Em Milhões)	Indexador	Juros (a.a.)*	31/03/2014	AV%	31/03/2013	AV%	AH%
Moeda Nacional			346,5	66,8%	467,6	73,5%	-25,9%
BNDES - FINAME	TJLP	3,42% (2,56% em 31/03/13)	1,3	0,3%	4,9	0,8%	-73,5%
BNDES - PSI	R\$	4,32% (5,44% em 31/03/13)	176,2	33,9%	103,5	16,3%	70,2%
BNDES - PSI	URTJLP	6,23% (5,73% em 31/03/13)	1,0	0,2%	1,2	0,2%	-16,7%
Financ. de Trib. Estad. (PROVIN)	TJLP	-	22,2	4,3%	21,4	3,4%	3,7%
Financ. de Trib. Estad. (DESENVOLVE)	TJLP	-	6,7	1,3%	5,0	0,8%	34,0%
Financ. BNB-FNE	Pré Fixada	10,0%	52,2	10,1%	95,8	15,1%	-45,5%
Financiamentos – BNDES AUTOMÁTICO	TJLP	2,5%	0,1	0,0%	0,3	0,0%	-66,7%
Financiamentos – BNDES AUTOMÁTICO	Tx Variável	2,5%	0,1	0,0%	0,1	0,0%	0,0%
Instrumento de Cessão de Quotas da Pilar	100% CDI	-	27,2	5,2%	25,0	3,9%	8,8%
Instrumento de Cessão de Quotas da Estrela	100% CDI	-	12,4	2,4%	18,8	3,0%	-34,0%
Instrumento de Cessão de Quotas do Moinho Santa Lúcia	100% CDI	-	45,7	8,8%	40,7	6,4%	12,3%
Debêntures	100% CDI	0,5%	-	0,0%	150,9	23,7%	-100,0%
Arrendamento mercantil financeiro	-	2,7%	1,4	0,3%	-	0,0%	0,0%
Moeda Estrangeira			172,5	33,2%	168,2	26,5%	2,6%
Financ. de importação insumos - FINIMP	USD	1,04% (1,34% em 31/03/13)	170,9	32,9%	165,5	26,0%	3,3%
Financ. de Máquinas e Equipamentos	CHF	(Libor* + 1,50%)	1,6	0,3%	2,7	0,4%	-40,7%
TOTAL			519,0	100,0%	635,8	100,0%	-18,4%

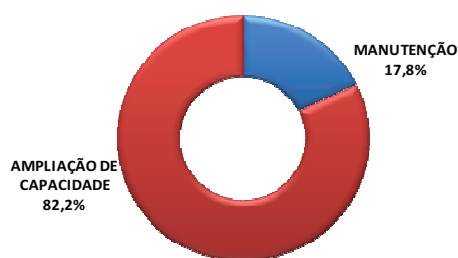
A Companhia registrou uma redução nas disponibilidades de **R\$ 12,9 milhões** no **1T14**. Houve disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais de R\$ 145,5 milhões. Em contraponto, foram aplicados R\$ 92,1 milhões no pagamento de aquisição de ativo imobilizado, R\$ 1,0 milhão em licenças de softwares, R\$ 65,1 milhões decorrente do fluxo líquido de financiamentos com capital de terceiros e R\$ 0,2 milhão no pagamento da dívida de aquisições em participações societárias.



INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ milhões)	1T14	1T13	Variação
Instalações	1,6	2,1	-23,8%
Máquinas e Equipamentos	92,8	55,1	68,4%
Obras Cívicas	6,7	9,7	-30,9%
Veículos	14,9	1,7	776,5%
Computadores e Periféricos	2,2	0,8	175,0%
Móveis e utensílios	1,3	1,0	30,0%
Outros	0,1	0,0	0,0%
Total	119,6	70,4	69,9%

Investimentos 1T14 - R\$ 119,6 milhões



Comentário do Desempenho

Os **investimentos** totalizaram **R\$ 119,6 milhões no 1T14**, distribuídos entre expansão e manutenção. Os principais itens que compuseram os gastos com investimentos no 1T14 foram: (i) gastos com obras civis e aquisição de máquinas e equipamentos para instalação de linha de produção de torradas na unidade localizada no município de Eusébio-CE; (ii) aquisição de veículos para substituição da frota; (iii) aquisição e instalação de nova linha de biscoitos wafer na unidade localizada no município de Eusébio-CE; (iv) aquisição de máquinas e equipamentos para ampliação do diagrama de moagem e ampliação da capacidade de armazenamento de grãos da unidade do Rio Grande do Norte; (v) aquisição de equipamentos moageiros para as novas unidades localizadas no Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Sul; e (vi) aquisição de novas máquinas para produção de massas na unidade localizada em São Paulo, no município de São Caetano do Sul.

Durante o **primeiros trimestre de 2014** foram investidos **R\$ 0,9 milhão em Pesquisa e Desenvolvimento de novos produtos**.

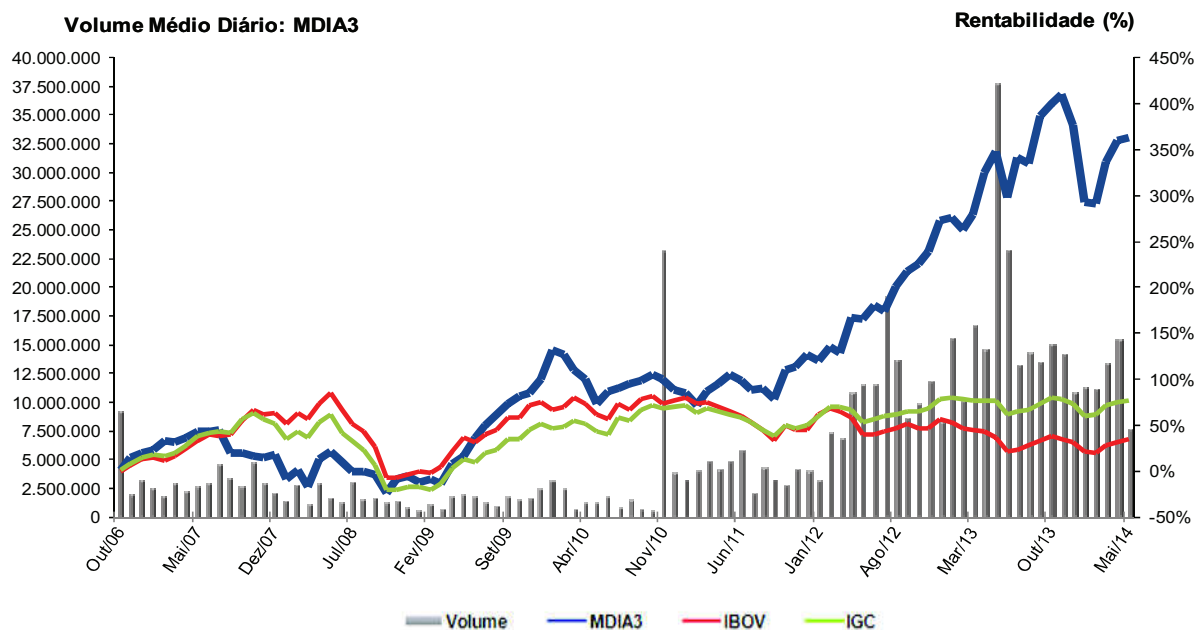
A Companhia mantém investimentos nas seguintes sociedades controladas: Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda.; M. Dias Branco International Trading LLC; M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A. e M. Dias Branco Argentina S.A.. As movimentações desses investimentos estão relacionadas nas Notas Explicativas às Informações financeiras intermediárias.

MERCADO DE CAPITAIS

O desempenho das ações da Companhia entre o período de 18 de outubro de 2006 (*IPO*) a 02 de maio de 2014 é demonstrado no gráfico abaixo. Em 02 de maio de 2014, as ações **MDIA3** estavam cotadas em **R\$ 97,34**, representando um **valor de mercado de R\$ 11,0 bilhões**. A **média do volume diário** negociado no 1T14 foi de **R\$ 11,9 milhões**. O Ibovespa fechou aos 52.980 pontos e o IGC em 7.939 pontos em 02 de maio de 2014.

MDIA3 X IBOV X IGC

18/10/2006 a 02/05/2014



Comentário do Desempenho

Evolução de Preços, Liquidez e Performance da Ação	1T14	1T13
MDIA3		
Cotações - R\$*	91,40	79,75
Volume Médio Diário Negociado (R\$ Milhões)	11,9	14,3
Performance nos respectivos períodos		
MDIA3	-8,60%	2,17%
Ibovespa	-2,12%	-7,55%
IGC	-1,87%	-0,26%

*Preço de fechamento no final do período

AUDITORIA INDEPENDENTE

O auditor independente da Companhia é a Ernst & Young Auditores Independentes S.S., que foi contratada para auditar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2013 e a revisão das informações intermediárias individuais e consolidadas relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2014, e não prestou serviços conflitantes, conforme disposto na Instrução CVM 308. As informações não financeiras da Companhia e de suas controladas, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e de suas controladas, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, domiciliada no Brasil, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, no segmento Novo Mercado (MDIA3). Iniciou suas atividades em 1951, sua sede está situada na Rodovia BR 116 KM 18 s/n, Eusébio, Estado do Ceará, e tem por objeto social a industrialização, o comércio e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos, massas alimentícias e farinha de trigo, atuando, também, na fabricação, na comercialização e na distribuição de margarinas e gorduras vegetais, bolos e snacks. O processo de produção utilizado pela Companhia é integrado e verticalizado, produzindo a maior parte de duas das principais matérias-primas para a produção de biscoitos e massas, a farinha de trigo e a gordura vegetal, além de três de seus moinhos de trigo estarem fisicamente integrados às fábricas de biscoitos e massas, eliminando custos de transporte da farinha de trigo utilizada na produção de biscoitos e massas.

O sistema de comercialização e distribuição adotado pela Companhia é formado por uma combinação de canais diretos — em que os clientes são atendidos por força de venda própria — e canais indiretos — as vendas são realizadas com a intermediação de atacadistas e distribuidores.

A Companhia possui treze unidades de produção, das quais nove estão situadas na Região Nordeste do Brasil (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia) e quatro estão localizadas na Região Sul e Sudeste (São Paulo e Rio Grande do Sul), e nestas unidades operam quatro moinhos de trigo, dez fábricas de massas alimentícias, sete fábricas de biscoitos e uma fábrica de gorduras e margarinas vegetais. Em operação integrada a essa estrutura de produção, a Companhia possui 29 centros de distribuição destinados a armazenagem, comercialização e/ou distribuição de seus produtos, os quais estão localizados nos seguintes Estados: Ceará, Piauí, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Paraíba, Bahia, Rio Grande do Norte, Alagoas, Pará, Amazonas, Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

A Companhia detém, entre outras, as seguintes marcas no mercado nacional: Fortaleza, Richester, Adria, Isabela, Basilar, Zabet, Vitarella, Treloso, Pilar, Estrela, Pelaggio, Salsito, Predilieto e Bonsabor.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”).

2. Reorganização Societária

Em 27 de dezembro de 2013 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Vitarella pela Companhia.

O acervo líquido incorporado pela Companhia apresenta a seguinte composição:

Notas Explicativas

Ativo circulante	290.791
Ativo não circulante	1.052.356
Total do ativo	<u>1.343.147</u>
Passivo circulante	77.295
Passivo não circulante	127.562
Total do passivo	<u>204.857</u>
 Acervo líquido incorporado	 <u>1.138.290</u>

Tal reorganização societária teve por objetivo a simplificação da estrutura societária da Companhia, bem como ganhos de sinergias pela redução de custos operacionais, promovidos pelo compartilhamento de estruturas, sobretudo administrativas.

Por se tratar de controlada integral, a incorporação não produziu qualquer alteração na posição patrimonial consolidada, no resultado ou composição societária da Companhia.

3. Base de preparação

(a) Declaração de conformidade (em relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações financeiras intermediárias individuais da Companhia foram preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com os International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As informações financeiras intermediárias individuais da Companhia, elaboradas de acordo com o BR GAAP apresentam práticas contábeis que diferem das IFRS aplicáveis para informações financeiras separadas, em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. No entanto, essa diferença de prática não traduz em variações entre o resultado e patrimônio líquido da Companhia (controladora) e Consolidado.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB que estavam em vigor em 31 de março de 2014.

A autorização para conclusão dessas informações financeiras foi dada pela diretoria em reunião realizada em 28 de abril de 2014.

Notas Explicativas

(b) Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em conformidade com as IFRS e os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução do valor recuperável de contas a receber e estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos ativo, provisão para contingências, e mensuração de instrumentos financeiros.

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

a. Consolidação

i. Controladas

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais são controladas e conduzidas pela Companhia.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

Na elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das informações financeiras intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial

Notas Explicativas

são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

ii. Empresas incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas:

	Porcentagem de participação			
	31/03/14		31/12/13	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
M. Dias Branco International Trading LLC (a)	100,00	-	100,00	-
M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A (a)	-	100,00	-	100,00
M. Dias Branco Argentina S.A. (b)	100,00	-	100,00	-

(a) Investimentos no exterior.

(b) Investimentos no exterior em fase pré-operacional.

Características principais das controladas

M. Dias Branco International Trading LLC

A M. Dias Branco International Trading LLC, sediada nos Estados Unidos da América, é controlada direta e tem como principal atividade a intermediação de compra de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem e o óleo vegetal que a Companhia utiliza em seu processo produtivo.

M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A.

A M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A. é controlada indireta e tem como principal atividade a intermediação de compra de matérias-primas, principalmente, o trigo para moagem que a Companhia utiliza em seu processo produtivo.

M. Dias Branco Argentina S.A.

A Companhia constituiu uma sociedade anônima com sede em Buenos Aires, Argentina, com os objetivos principais de adquirir, importar e exportar trigo em grão, farinha de trigo e seus derivados. Criada com o intuito de reduzir o custo da Companhia com a compra do trigo em grão e da farinha de trigo, a mencionada sociedade até o momento não iniciou suas atividades.

b. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, que representa o momento em que o controle é transferido para o Grupo. Os ativos e passivos adquiridos numa combinação de negócios são reconhecidos pelos seus respectivos valores justos na data de aquisição.

O Grupo mensura o ágio na data de aquisição como:

Notas Explicativas

- o valor justo da contraprestação transferida; mais
- o montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mais
- se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação na adquirida antes da aquisição; menos
- o montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra vantajosa é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados do período.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, nos quais o Grupo incorre em relação a uma combinação de negócios, serão reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

c. Conversão de saldos em moeda estrangeira

i. Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

ii. Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço, e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

Notas Explicativas

As variações cambiais de investimentos no exterior são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido, como ajustes acumulados de conversão.

d. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

O Grupo possui os seguintes ativos financeiros não derivativos: aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa. O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias, dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados:

- (i) Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado: um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial e quando o Grupo gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado financeiro quando incorridos, assim como as flutuações do valor justo.
- (ii) Investimentos mantidos até o vencimento: quando o Grupo tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderá resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedirá o Grupo de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros.
- (iii) Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalente de caixas, clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

Notas Explicativas

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária do Grupo.

- (iv) Ativos financeiros disponíveis para a venda: quando o Grupo destina como tal ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

O Grupo não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, há um direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo no encerramento do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo mantém instrumentos derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros nos contratos de financiamentos de insumos (trigo e óleo). Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data em que o contrato derivativo é contratado, sendo reavaliado subsequentemente também ao valor justo. Tais derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Notas Explicativas

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos durante o período são registrados diretamente na demonstração do resultado.

e. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Investimentos em controladas

Nas informações financeiras intermediárias individuais, os investimentos em controladas que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para redução do valor recuperável, quando aplicável.

g. Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos são mensuradas pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

h. Ativo imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 11 — Imobilizado — e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. As benfeitorias realizadas em terrenos arrendados são amortizadas pelo prazo do contrato.

Gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos e vida útil do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum

Notas Explicativas

benefício econômico futuro for esperado de seu uso ou sua venda. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no final de cada exercício e ajustados de forma prospectiva.

i. Ativos intangíveis

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis do Grupo compreendem:

- (i) Os ativos intangíveis com vida útil definida – *softwares* que são amortizados por um prazo de cinco anos, exceto o sistema ERP que é amortizado por dez anos, definido com base no tempo de vida útil estimado e que reflete o benefício econômico do ativo intangível, cujo registro é feito na demonstração do resultado do período, na rubrica “Depreciações e amortizações”.
- (ii) Os ativos adquiridos por meio de combinação de negócios que correspondem a ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e marca. Tais ativos têm vida útil indefinida, não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado anualmente. O custo desses ativos corresponde ao valor justo na data da aquisição, e após o reconhecimento inicial, esses ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos das perdas acumuladas de valor recuperável.

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas informações financeiras intermediárias consolidadas. Com relação às investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

j. Redução ao valor recuperável

- (i) Ativos financeiros

Na data de cada demonstração financeira, o Grupo analisa se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, dentre outras.

Notas Explicativas

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (principalmente recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Esses ativos individualmente importantes são incluídos em um grupo de ativos com características de risco similares e são avaliados em conjunto.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Para monitorar a adequação da provisão para redução do valor recuperável de clientes, a Administração avalia constantemente o valor e as características dos créditos da Companhia e, para registrar uma provisão, leva em consideração: (i) seu histórico de perdas; (ii) o atraso no recebimento de valores relevantes; e (iii) a análise caso a caso de que os valores registrados poderão não ser recebidos em sua totalidade. A Companhia não registra uma provisão para redução do valor recuperável quando os créditos possuem garantias sólidas ou quando existem outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos.

(ii) Ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a

Notas Explicativas

indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O teste de perda por redução do valor recuperável do ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou sempre que houver uma indicação de desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a unidade geradora de caixa são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a ela (ou grupo de unidade geradora de caixa), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta unidade geradora de caixa (ou grupo de unidade geradora de caixa) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável e relevante os passivos circulante e não circulante são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo da transação com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

l. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo possui uma obrigação legal ou

Notas Explicativas

construtiva como resultado de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para saldar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando o Grupo espera que parte ou toda provisão possa ser reembolsada, por exemplo, no âmbito de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando a expectativa de reembolso é praticamente certa. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

m. Benefícios a empregados

O Grupo concede apenas benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo.

n. Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para o benefício serão cumpridas pela Companhia.

Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

o. Arrendamento mercantil

No começo de um contrato, o Grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução. O contrato pode ser classificado como arrendamento financeiro ou operacional.

As operações de arrendamento mercantil, cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade são substancialmente transferidos à Companhia, são classificadas como arrendamentos financeiros. Se não houver transferência significativa dos riscos e benefícios inerentes à propriedade, as operações são classificadas como arrendamentos operacionais.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no imobilizado em contrapartida ao passivo pelo menor montante entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados e os juros implícitos no passivo são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração de resultado em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

Os principais contratos de arrendamento mercantil estão descritos na Nota Explicativa nº 27.

Notas Explicativas

p. Reconhecimento de receita

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, o que em geral ocorre na sua entrega, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

q. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, exceto para as perdas com risco de crédito que são reconhecidas nas despesas comerciais.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

r. Impostos

Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, corrente e diferido, são reconhecidos na demonstração do resultado do período, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em que os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes".

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do período corrente e diferido são

Notas Explicativas

calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O Grupo é beneficiário de incentivos fiscais do imposto de renda, conforme mencionado na nº 18 Subvenções governamentais.

i. Correntes

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data do encerramento do período, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

ii. Diferidos

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos na extensão de todas as diferenças temporárias e de créditos fiscais não utilizados, em que seja provável a existência de base tributável positiva, na qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos e da contribuição social diferidos ativos é revisto a cada data do balanço e é reduzido até o limite em que não se torna mais provável que os lucros tributáveis disponíveis poderão permitir a utilização do crédito fiscal.

Os montantes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e/ou quando o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos e passivos se relacionam com o Imposto de Renda e a Contribuição Social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

Os detalhes estão divulgados na Nota Explicativa nº 16.

Conforme dispunha o artigo 15 da Medida Provisória nº 449/08 (atual art. 15 da Lei nº 11.941/09), o Grupo optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, de forma a garantir, na determinação dos valores efetivamente devidos desses tributos, a neutralidade quanto a eventuais efeitos tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627/13,

Notas Explicativas

promovendo alterações relevantes que impactam na legislação tributária federal, dentre elas a extinção do RTT. Tais alterações entram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015, com possibilidade de adoção antecipada de alguns artigos, a partir de 01 de janeiro de 2014, desde que a empresa faça a devida opção. A decisão da Companhia foi pela adoção antecipada. Assim, diante dessa escolha, a Administração concluiu que não há impactos a serem reconhecidos nas informações financeiras intermediárias do período findo em 31 de março de 2014.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis. Nessa hipótese, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- (iii) quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é considerado como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

s. Resultado por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

t. Segmento de negócios

Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia para o qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações da Companhia na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

O Grupo atua no segmento alimentício com as seguintes linhas de produtos: biscoitos, massas, farinha e farelo, margarinas e gorduras vegetais, bolos e snacks. A produção e comercialização dos produtos alimentícios por parte do Grupo não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado.

Dessa forma, tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que decisões relativas a planejamento estratégico,

Notas Explicativas

financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

u. Ajuste a valor presente

O Grupo não mantém saldo em aberto de direitos nem obrigações de longo prazo que requer o registro do ajuste a valor presente. No entanto, tem como prática avaliar os saldos de direitos e obrigações de curto prazo, em especial clientes e fornecedores, no sentido de evidenciar efeitos de caráter relevante no ajuste a valor presente.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base em uma taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco da transação que em geral está baseada na taxa CDI. Quando relevante, a contrapartida dos ajustes a valor presente de clientes é contabilizada contra a receita bruta no resultado, e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo é considerada receita financeira e será apropriada ao longo do prazo da transação com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

No caso de ajuste a valor presente de fornecedores, a contrapartida é contabilizada contra o custo dos produtos vendidos, e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é considerada despesa financeira e será apropriada ao longo do prazo da transação com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

v. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras intermediárias conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

w. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração

A norma IFRS 9 encerra a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição da norma IAS 39. Nessa primeira fase, a norma utiliza uma abordagem para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo, baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais.

A adoção da primeira fase da IFRS 9 poderá trazer efeitos sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros do Grupo, mas os efeitos serão quantificados em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.

Esta norma entra em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2015.

Notas Explicativas

O CPC ainda não emitiu pronunciamento equivalente ao IFRS acima citado, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

5. Caixa e equivalentes a caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/13
Caixa e bancos	21.899	30.723	21.943	30.779
Aplicações financeiras em renda fixa	271.577	275.493	272.002	275.966
	293.476	306.216	293.945	306.745

As aplicações financeiras em renda fixa referem-se exclusivamente a CDB - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remuneradas pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário à rentabilidade média de 102,08% (101,39% em 31 de dezembro 2013) e estão destinadas à negociação imediata e disponíveis para utilização nas operações da Companhia. Ressaltamos que tais aplicações têm liquidez diária num prazo inferior a 90 dias da data da aplicação, independentemente de seu prazo de vencimento. Elas poderão ser resgatadas a partir do início da sua liquidez diária, a qualquer tempo, e sem perdas de seus rendimentos. Por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

6. Contas a receber de clientes

Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/13
Circulante:				
No país	523.837	484.218	523.844	484.348
No exterior	4.248	3.917	4.248	3.917
(-) Provisão para redução a valor recuperável	(19.804)	(19.697)	(19.804)	(19.697)
Total	508.281	468.438	508.288	468.568

Composição

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/13
A vencer	461.710	415.763	461.717	415.893
Vencidas	66.375	72.372	66.375	72.372
1 a 60 dias	42.628	49.339	42.628	49.339
61 a 120 dias	3.433	1.764	3.433	1.764
121 a 180 dias	1.446	1.481	1.446	1.481
181 a 360 dias	3.057	3.804	3.057	3.804
mais de 360 dias	15.811	15.984	15.811	15.984
Subtotal	528.085	488.135	528.092	488.265
(-) Provisão para redução a valor recuperável	(19.804)	(19.697)	(19.804)	(19.697)
Contas a receber	508.281	468.438	508.288	468.568

Notas Explicativas

A provisão para redução do valor recuperável é constituída com base na avaliação global dos atrasos, ajustada pela análise individual dos principais clientes nessa situação, levando-se em consideração o conhecimento da Administração do mercado de atuação do Grupo, o histórico de recebimentos e as garantias envolvidas em cada hipótese.

A movimentação da provisão para redução do valor recuperável está apresentada no quadro abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>13.085</u>	<u>19.474</u>
Constituição de provisão	11.597	18.818
Reversões / Baixas	(8.411)	(18.595)
Incorporações de controladas	3.426	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>19.697</u>	<u>19.697</u>
Constituição de provisão	2.977	2.977
Reversões/ Baixas	(2.870)	(2.870)
Saldos em 31 de março de 2014	<u>19.804</u>	<u>19.804</u>

As contas classificadas no ativo circulante foram trazidas a valor presente em 31 de março de 2014 com base na taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário futuro, correspondente a 10,62% a.a. Contudo, tal avaliação, assim como a realizada em 31 de dezembro de 2013, não apresentou diferenças significativas, diante do curto prazo médio de recebimento de 42 dias da maioria dos créditos do Grupo. Por essa razão, tais diferenças não foram levadas a efeito no resultado, a exemplo do que ocorreu com as contas a pagar de curto prazo.

7. Estoques

Descrição	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/13
Produtos acabados	87.946	92.764	87.946	92.764
Produtos em elaboração	16.223	24.668	16.223	24.668
Matérias-primas	225.532	224.010	225.532	224.010
Materiais de embalagens e almoxarifado	82.991	78.675	82.991	78.675
Materiais auxiliares e de manutenção	20.098	21.622	20.121	21.645
Importações em andamento	12.206	20.134	12.206	20.134
Adiantamento a fornecedor	44.511	21.690	44.511	21.690
	<u>489.507</u>	<u>483.563</u>	<u>489.530</u>	<u>483.586</u>

A Companhia e suas controladas têm como política de avaliação da obsolescência de estoques o controle de data de validade dos itens e a análise daqueles sem movimentação há mais de 180 dias.

No processo de avaliação realizado durante o período findo em 31 de março de 2014 não foi identificado valores que refletissem perdas materiais, assim como aconteceu no período anterior.

Notas Explicativas**8. Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/13
ICMS (i)	128.176	122.745	128.176	122.745
Imposto de renda e contribuição social (ii)	23.229	29.768	23.231	29.770
PIS e COFINS (iii)	1.461	1.434	1.461	1.434
Imposto de renda na fonte (iv)	1.700	3.066	1.736	3.101
IRPJ - Crédito do PAT (v)	8.037	6.992	8.037	6.992
Outros	5.767	5.419	5.767	5.418
Total	168.370	169.424	168.408	169.460
Circulante	(81.853)	(80.630)	(81.891)	(80.666)
Não circulante	86.517	88.794	86.517	88.794

Os impostos a recuperar têm a seguinte origem: (i) ICMS: trata-se substancialmente de (a) créditos de aquisição de ativo imobilizado e (b) créditos sobre vendas para Estados não signatários disciplinados pelos protocolos ICMS CONFAZ nºs 46/00 e 50/05, e para Zona Franca de Manaus, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento da parcela paga a título de substituição tributária, entre outros, deduzido de provisão para redução do valor recuperável, no montante de R\$5.450; (ii) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), decorrente, principalmente, da exclusão nas bases de cálculos dos tributos, dos juros sobre o capital próprio creditado aos acionistas; (iii) PIS e COFINS, crédito decorrente de pagamento a maior e sobre aquisição de insumos, (iv) Imposto de Renda Retido na Fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, e (v) Crédito de IRPJ relativo ao incentivo do PAT, período base 2003 a 2012, decorrente de ação transitado em julgado.

O montante de imposto a recuperar, referente a ICMS e IOF, registrado no ativo não circulante apresenta a seguinte expectativa de realização:

Exercício	Consolidado	
	31/03/14	31/12/13
2015	24.621	29.504
2016	38.887	32.948
2017	22.994	26.327
2018	15	15
Total	86.517	88.794

Notas Explicativas

9. Investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/13
Participações em companhias controladas e controladas em conjunto	3.124	3.214	-	-
Propriedades para investimentos	24.329	-	24.329	-
Outros	140	140	140	140
	27.593	3.354	24.469	140

b. Movimentação dos investimentos em controladas

	Tergran- Terminal de Grão de Fortaleza Ltda.	M. Dias Argentina S.A.	M. Dias Branco International Trading LLC	Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda ⁽¹⁾	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.822	5	120	989.091	992.038
Equivalência patrimonial	263	-	(12)	114.996	115.247
Variação cambial	-	-	16	-	16
Aumento de capital	-	-	-	34.200	34.200
Ganhos(Perdas) em Participações Societárias	-	-	-	3	3
Incorporação de acervo	-	-	-	(1.138.290)	(1.138.290)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.085	5	124	-	3.214
Equivalência patrimonial	(69)	(1)	(15)	-	(85)
Variação cambial	-	-	(5)	-	(5)
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Ganhos(Perdas) em Participações Societárias	-	-	-	-	-
Incorporação de acervo	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2014	3.016	4	104	-	3.124

Nota: ⁽¹⁾ A referida controlada foi incorporada no ano de 2013.

Notas Explicativas**c. Informações das controladas**

	Tergran-Terminal de grãos de Fortaleza Ltda		Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda		M. Dias Branco Argentina S.A		M. Dias Branco International Trading LLC	
	31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/13
Capital social	9.204	9.204	-	-	162	116	-	-
Quotas (ações) possuídas	3.038	3.038	-	-	162	116	-	-
Ativo circulante	5.806	5.815	-	-	4	5	38	56
Ativo não circulante	4.250	4.393	-	-	-	-	97	100
Total de Ativos	10.056	10.208	-	-	4	5	135	156
Passivo circulante	1.009	953	-	-	-	-	-	-
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	31	32
Total de passivos	1.009	953	-	-	-	-	31	32
Patrimônio líquido (a)	9.047	9.255	-	-	4	5	104	124
Equivalência patrimonial	(207)	(263)	-	-	-	-	(16)	(12)
Participação no capital social no final do período - % (b)	33,33%	33,33%	-	-	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Participação no patrimônio líquido (a x b)	3.016	3.085	-	-	4	5	104	124
	31/03/14	31/03/13	31/03/14	31/03/13	31/03/14	31/03/13	31/03/14	31/03/13
Receitas	2.268	2.802	-	260.456	-	-	-	-
Despesas	(2.475)	(2.841)	-	(244.895)	-	-	(16)	-
Lucro (prejuízo) líquido do período	(207)	(39)	-	15.561	-	-	(16)	-

10. Propriedades para Investimentos

	Controladora e Consolidado		
	Edificações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-	-
Custo	15.175	11.163	26.338
Depreciação	(1.751)	(258)	(2.009)
Saldo em 31 de março de 2014	13.424	10.905	24.329

A Companhia é proprietária de quatro imóveis, que estão localizados nos Estados de Pernambuco, Bahia e Ceará, que eram utilizados para as suas atividades operacionais. Contudo, em razão do encerramento das atividades, tais imóveis foram considerados como propriedades para investimento.

O valor justo das propriedades para investimentos em 31 de março de 2014, com base em laudos de avaliadores externos, é de R\$ 34.305, e o valor contábil destes ativos não excede o seu valor recuperável. Os avaliadores externos utilizam preços observáveis no mercado, ajustados, se necessário, à natureza, localização ou condições do ativo específico.

Notas Explicativas**11. Imobilizado****Movimentação do imobilizado - Custo (Controladora)**

Custo	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	424.398	925.319	43.225	51.746	97.549	183.638	1.725.875
Incorporações	124.611	208.141	8.093	5.198	61.971	152.592	560.606
Adições	19	5.054	1.165	626	380	219.661	226.905
Baixas	-	(12.173)	(59)	(1.844)	(35)	(17.936)	(32.047)
Transferências	2.711	51.051	4.267	1.073	6.913	(66.015)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	551.739	1.177.392	56.691	56.799	166.778	471.940	2.481.339
Adições	9	1.538	530	155	84	178.314 ⁽ⁱ⁾	180.630
Baixas	-	(1.433)	(134)	(13)	-	(59.309)	(60.889)
Transferências	54	5.852	67	3.871	1.150	(10.994)	-
Reclassificação ⁽ⁱⁱ⁾	(15.175)	-	-	-	-	(11.163)	(26.338)
Saldo em 31 de março de 2014	536.627	1.183.349	57.154	60.812	168.012	568.788	2.574.742

Nota: ⁽ⁱ⁾ refere-se Obras em andamento (R\$99.802), Importações em andamento (R\$ 28.083), Adiantamento a fornecedores (R\$12.222) e Outros (R\$ 38.207). ⁽ⁱⁱ⁾ refere-se à reclassificação para Propriedades para investimentos.

Movimentação do imobilizado - Depreciação (Controladora)

Depreciação	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(128.817)	(511.460)	(26.175)	(43.592)	(55.783)	(29.302)	(795.129)
Incorporações	(17.952)	(61.913)	(3.861)	(1.296)	(11.666)	(6.366)	(103.054)
Depreciação	(12.656)	(47.038)	(3.383)	(2.619)	(5.091)	(2.008)	(72.795)
Baixas	-	4.908	50	1.704	10	245	6.917
Transferências	-	(38)	56	(37)	(12)	31	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(159.425)	(615.541)	(33.313)	(45.840)	(72.542)	(37.400)	(964.061)
Depreciação	(3.887)	(14.591)	(1.058)	(688)	(2.388)	(1.058)	(23.670)
Baixas	-	1.432	122	8	-	9	1.571
Reclassificação ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.751	-	-	-	-	258	2.009
Saldo em 31 de março de 2014	(161.561)	(628.700)	(34.249)	(46.520)	(74.930)	(38.191)	(984.151)
Saldos líquidos							
Saldo em 31 de dezembro de 2013	392.314	561.851	23.378	10.959	94.236	434.540	1.517.278
Saldo em 31 de março de 2014	375.066	554.649	22.905	14.292	93.082	530.597	1.590.591

Notas Explicativas**Movimentação do imobilizado - Custo (Consolidado)**

Custo	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	529.912	1.129.116	49.634	57.313	149.309	306.274	2.221.558
Adições	21.883	26.043	3.021	653	10.952	226.294	288.846
Baixas	-	(3.021)	(101)	(2.282)	(96)	(17.955)	(23.455)
Transferências	2.710	27.635	4.196	1.114	6.909	(42.564)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	554.505	1.179.773	56.750	56.798	167.074	472.049	2.486.949
Adições	9	1.538	530	155	84	178.314	180.630
Baixas	-	(1.433)	(134)	(13)	-	(59.309)	(60.889)
Transferências	54	5.852	67	3.871	1.150	(10.994)	-
Reclassificação ⁽ⁱⁱ⁾	(15.175)	-	-	-	-	(11.163)	(26.338)
Saldo em 31 de março de 2014	539.393	1.185.730	57.213	60.811	168.308	568.897 ⁽ⁱ⁾	2.580.352

Nota: ⁽ⁱ⁾ refere-se Obras em andamento (R\$322.814), Importações em andamento (R\$17.313), Adiantamento a fornecedores (R\$75.529), Equipamentos de computação (R\$35.418), Terrenos (R\$ 65.633), Benfeitorias (R\$16.252), Peças para reposição (R\$ 1.318) e Outros (R\$34.620). ⁽ⁱⁱ⁾ refere-se à reclassificação para Propriedades para investimentos.

Movimentação do imobilizado - Depreciação (Consolidado)

Depreciação	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(143.898)	(570.496)	(29.494)	(44.908)	(63.967)	(34.321)	(887.084)
Depreciação	(17.238)	(59.518)	(4.062)	(3.051)	(8.868)	(3.793)	(96.530)
Baixas	-	12.604	154	2.156	10	483	15.407
Transferências	(7)	(132)	62	(37)	(12)	126	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(161.143)	(617.542)	(33.340)	(45.840)	(72.837)	(37.505)	(968.207)
Depreciação	(3.911)	(14.613)	(1.058)	(688)	(2.389)	(1.058)	(23.717)
Baixas	-	1.432	122	8	-	9	1.571
Reclassificação	1.751	-	-	-	-	258	2.009
Saldo em 31 de março de 2014	(163.303)	(630.723)	(34.276)	(46.520)	(75.226)	(38.296)	(988.344)
Saldos líquidos							
Saldo em 31 de dezembro de 2013	393.362	562.231	23.410	10.958	94.237	434.544	1.518.742
Saldo em 31 de março de 2014	376.090	555.007	22.937	14.291	93.082	530.601	1.592.008

Notas Explicativas

As taxas de depreciação que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado estão assim demonstradas:

	Taxas de depreciação (a.a)	
	31/03/14	31/12/13
Máquinas e equipamentos	6,68%	6,68%
Instalações	6,68%	6,68%
Edificações	3,29%	3,29%
Benfeitorias	3,27%	3,27%
Veículos	9,63%	7,85%
Móveis e utensílios	10,05%	10,04%
Equipamentos de computação	20,36%	20,18%
Peças para reposição	20,00%	20,00%
Outros	14,84%	14,25%

A depreciação reconhecida no resultado consolidado em 31 de março de 2014 foi de R\$ 24.845 (R\$ 22.657 em 31 de março de 2013).

Em 31 de março de 2014, o valor dos bens dado em garantia em operações diversas representava o montante de R\$ 686.160 (R\$ 638.906 em 31 de dezembro de 2013) sem considerar depreciações acumuladas.

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o período findo em 31 de março de 2014 foi de R\$ 589 (R\$ 387 em 31 de dezembro de 2013). A taxa média utilizada para capitalização foi de 3,97% a.a. (3,98% em 31 de dezembro de 2013).

O ativo imobilizado do Grupo é submetido a análises de indicação de perda de seu valor recuperável, e em 31 de março de 2014, não foi identificado indicação de perda.

12. Intangível

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/03/14	31/12/13
Marcas	250.210	250.184
(-) Amortização acumulada	(19.033)	(19.033)
	231.177	231.151
Software	34.570	33.576
(-) Amortização acumulada	(12.089)	(11.381)
	22.481	22.195
Ágio pago por rentabilidade futura	582.096	582.096
	835.754	835.442

O saldo de ágio pago sobre rentabilidade futura tem vida útil indefinida e está representado pelas seguintes transações: (i) ágio decorrente de acervo líquido de empresa Craiova Participações Ltda. incorporada à Adria Alimentos do Brasil Ltda. em 27 de agosto de 2002, no montante de R\$ 9.384; (ii) aquisição da Adria Alimentos do

Notas Explicativas

Brasil Ltda., no valor de R\$ 34.037; (iii) aquisição da Vitarella, no montante de R\$ 400.710; (iv) aquisição da Pilar, no montante de R\$ 27.941; (v) aquisição da Pelágio e J. Brandão, no montante de R\$ 67.661; e (vi) aquisição do Moinho Santa Lúcia, no montante de R\$42.363.

Desde janeiro de 2009 foi vedada a amortização contábil dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, passando estes ativos a serem submetidos anualmente ao teste de recuperabilidade (*impairment*), conforme disposto no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Os ativos marcas, software e ágio pago por rentabilidade futura apresentaram a seguinte movimentação:

	Controladora			Consolidado		
	Software (vida útil estimada-5 anos)	Marcas (*)	Ágio na Aquisição de investimentos	Software (vida útil estimada-5anos)	Marcas (*)	Ágio na Aquisição de investimentos
Saldo em 31 de dezembro de 2012	11.184	90.046	152.715	11.266	230.871	581.366
Adições	12.582	280	730	12.582	280	730
Amortizações	(1.571)	-	-	(1.653)	-	-
Incorporação de controladas	-	140.825	428.651	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	22.195	231.151	582.096	22.195	231.151	582.096
Adições	994	26	-	994	26	-
Amortizações	(708)	-	-	(708)	-	-
Saldo em 31 de março de 2014 (*) vida útil indefinida	22.481	231.177	582.096	22.481	231.177	582.096

No caso das marcas e patentes, o valor está substancialmente representado pela marca Vitarella, no valor de R\$ 107.011, marca Pilar, no valor de R\$ 33.815, marcas Estrela, Pelaggio e Salsito, no montante de R\$75.559 e as marcas Predilieto e Bonsabor, no valor de R\$ 11.530.

O Grupo não possui ágio gerado internamente, e registrou como despesa os gastos com pesquisa e desenvolvimento no valor de R\$ 920 no período findo em 31 de março de 2014 (R\$ 856 em 31 de março de 2013).

Teste de valor recuperável do ágio e marca

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo aplicou teste de recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio e marca), baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado.

Importante ressaltar que o processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e projeções sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. Assim, as premissas do modelo tomaram por base as expectativas de crescimento do orçamento anual do Grupo, aprovado pela Diretoria, seu desempenho histórico, bem como dados de mercado, representando, assim, a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos que são responsáveis pela geração dos fluxos de caixa.

Notas Explicativas

De acordo com as técnicas de avaliação de empresa, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos e o modelo foi baseado nas seguintes premissas fundamentais:

- as receitas líquidas foram projetadas considerando-se um crescimento médio anual em torno de 10,0% em função do desempenho histórico e das expectativas quanto ao desempenho futuro;
- os custos e despesas operacionais foram projetados com base no desempenho histórico do Grupo, e sua expectativa quanto à evolução dos custos dos insumos no contexto do crescimento das vendas projetado;
- os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar o crescimento das vendas;
- os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto de 11,5% (10,8% em 2012). A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi de 4,5% (4,5% em 31 de dezembro de 2013).

Nesse processo de avaliação, o valor das empresas obtido nos testes de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor contábil dos ativos não excedeu seu valor estimado de uso na data da avaliação.

13. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre empresas do Grupo, profissionais-chave da administração e transações com outras empresas ligadas direta ou indiretamente ao acionista controlador, as quais foram realizadas em condições satisfatórias aos interesses da Companhia, levando em consideração análises feitas pela Administração para cada operação.

O acionista controlador é DIBRA Fundo de Investimentos em Participações.

A seguir apresentamos a relação de empresas com as quais a Companhia mantém transação:

Partes Relacionadas	Principal natureza das transações
Controladas ⁽¹⁾	
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. (Vitarella) ⁽²⁾ M. Dias Branco Trading LLC	Compra e venda de produtos industrializados; Compra de matéria-prima, contudo não houve transação no período;
M. Dias Branco Trading Uruguay	Compra de matéria-prima, contudo não houve transação no período;
M. Dias Branco Argentina S.A.	Compra de matéria-prima (pré-operacional);
Controlada em conjunto	
Tergran Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	Prestação de serviço na descarga de trigo;
Empresas cujo controlador é o presidente da Companhia	
Dias Branco Administração e Participação Ltda.	Ressarcimento de despesas comuns e do compartilhamento das despesas com a aeronave;
Idibra Participações Ltda.	Prestação de serviço em construção civil;
Petroposto Com. de Derivados de Petróleo Ltda.	Compra de combustível;
Praia Centro Hotel Viagens e Turismo Ltda.	Prestação de serviço de hospedagem de

Notas Explicativas

Partes Relacionadas	Principal natureza das transações
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	colaboradores e prestadores de serviço; Prestação de serviço na descarga de trigo e outros serviços;
Porto Cotegipe Logística Ltda.	Não houve transações no período;
Companhia Industrial de Cimento Apodi	Compra de materiais aplicados em obras civis;
Rowena S.A.	Arrendamento de aeronave.
Empresas em que Vice-Presidentes da Companhia figuram como sócios	
LDB Transporte de Cargas Ltda.	Transporte de cargas;
LDB Logística e Transporte Ltda.	Transporte de cargas;
AET- Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	Prestação de serviço de manutenção e instalação de equipamentos

Notas: ⁽¹⁾ Percentual de participação consta na Nota Explicativa nº 4a; ⁽²⁾ Empresa incorporada em 2013.

Há também as seguintes empresas ligadas ao acionista controlador ou a vice-presidentes que se enquadram como partes relacionadas, contudo o Grupo não mantém transações: IWS Construções Ltda., IMC Intermediação e Administração de Negócios Ltda., Apodi Transporte e Locação Ltda., Hotel Praia Mar Ltda., Aquiraz Investimentos Turísticos S.A, Colemont Seg Consultoria, Gerência de Riscos e Corretagem de Seguros S/A; NB Participações S/S Ltda-EPP; Praia do Futuro Empreendimentos Imobiliários S.A.; Equatorial Participações e Negócios S.A. e Dias Branco Incorporadora SPE 001 Ltda.

a. Condições das transações com as principais partes relacionadas

As operações com partes relacionadas, conforme já mencionado, são realizadas em condições satisfatórias à Companhia, onde os preços praticados podem variar conforme o tipo de serviço que é prestado e de produto que é vendido.

i. Com controladas

As controladas M. Dias Branco International Trading LLC e M. Dias Branco International Trading Uruguay, fazem o processo de intermediação da compra de trigo para Companhia, repassando o produto adquirido no exterior pelo preço de aquisição, o qual segue rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigente no momento de cada operação. O pagamento a essas controladas é feito à vista, com recursos obtidos em financiamento no exterior, com prazo de 360 dias para pagamento.

ii. Com empresas ligadas ao acionista controlador ou outra empresa ligada que se enquadra na definição de parte relacionada

No caso dos contratos firmados com a empresa Rowena S.A o pagamento é trimestral e no caso do contrato de compartilhamento de despesa firmado com a Dias Branco Administração e Participação Ltda., o recebimento também é trimestral. Nas demais transações com outras partes relacionadas o pagamento é feito contra apresentação da fatura. No caso da TERGRAN o pagamento é mediante contra apresentação da fatura.

Notas Explicativas**b. Os ativos e passivos mantidos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/13
Ativo circulante				
Outros créditos				
Dias Branco Administração e Participações Ltda.	<u>891</u>	<u>892</u>	<u>891</u>	<u>892</u>
	891	892	891	892
Ativo não circulante				
Investimentos				
Tergran-Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	3.016	3.085	-	-
M.Dias Branco Trading LLC	104	124	-	-
M. Dias Branco Argentina	<u>4</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	3.124	3.214	-	-
Passivo circulante				
Fornecedores				
LDB Transporte de Cargas Ltda.	479	318	479	318
Companhia Industrial de Cimento Apodi	539	233	539	233
LDB Logística e Transporte Ltda.	138	55	138	55
AET - Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda	94	629	94	629
Tergran-Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	477	388	-	-
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda	<u>11</u>	<u>37</u>	<u>11</u>	<u>37</u>
	1.738	1.660	1.261	1.272
Outras contas a pagar				
Tergran-Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	<u>1.200</u>	<u>1.200</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	1.200	1.200	-	-
Passivo não circulante				
Contas a pagar				
M.Dias Branco Trading LLC	3	3	-	-
Porto Cotegipe Logística Ltda.	<u>1.238</u>	<u>-</u>	<u>1.238</u>	<u>-</u>
	1.241	3	1.238	-

Notas Explicativas**c. As transações efetuadas com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:****Controladora**

	<u>Venda de produtos</u>		<u>Compra de produtos</u>	
	<u>31/03/14</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/14</u>	<u>31/03/13</u>
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	-	54.001	-	159
Petroposto Coml. de Derivados de Petróleo Ltda.	-	-	1.221	771
	<u>-</u>	<u>54.001</u>	<u>1.221</u>	<u>930</u>
	<u>Contratação de serviços</u>		<u>Outros</u>	
	<u>31/03/14</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/14</u>	<u>31/03/13</u>
LDB Transporte de Cargas Ltda.	2.638	2.275	-	-
LDB Logística e Transporte Ltda.	1.477	1.085	-	-
Terminal Portuário Cotegipe S.A	3.083	2.828	-	-
Tergran-Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	956	1.055	-	-
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	213	407	-	-
Idibra Participações Ltda.	303	253	-	-
AET - Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda	225	715	-	-
Companhia de Cimento Apodi	-	-	308	11
Dias Branco Administração e Participações Ltda.	-	-	(1.047)	(3.200)
Rowena S.A.	-	-	-	1.082
	<u>8.895</u>	<u>8.618</u>	<u>(739)</u>	<u>(2.107)</u>

Consolidado

	<u>Venda de produtos</u>		<u>Compra de produtos</u>	
	<u>31/03/14</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/14</u>	<u>31/03/13</u>
Petroposto Coml. de Derivados de Petróleo Ltda.	-	-	1.221	771
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.221</u>	<u>771</u>
	<u>Contratação de serviços</u>		<u>Outros</u>	
	<u>31/03/14</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/14</u>	<u>31/03/13</u>
LDB Transporte de Cargas Ltda.	2.638	2.319	-	-
LDB Logística e Transporte Ltda.	1.477	1.085	-	-
Terminal Portuário Cotegipe S.A	3.083	2.828	-	-
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	213	408	-	-
Idibra Participações Ltda.	303	253	-	-
AET - Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	225	715	-	-
Companhia de Cimento Apodi	-	-	308	11
Dias Branco Administração e Participações Ltda.	-	-	(1.047)	(3.200)
Rowena S.A.	-	-	-	1.082
	<u>7.939</u>	<u>7.608</u>	<u>(739)</u>	<u>(2.107)</u>

A controladora M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos é avalista em dois contratos firmados pela sociedade Terminal Portuário Cotegipe Ltda., antiga controlada, junto ao Banco do Nordeste do Brasil para financiamento das obras físicas e pela hipoteca do imóvel onde está instalada a unidade industrial no município de Salvador (BA). Nessa operação não foi cobrada nenhuma contraprestação pela concessão de aval, o contrato tem vencimento em junho de 2015 e o saldo em aberto em 31 de março de 2014 é de R\$ 5.555 (R\$6.666 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia não tem conhecimento de fatos ou circunstâncias que indiquem situação de desconformidade com qualquer desses contratos nos quais é avalista.

Notas Explicativas

A Companhia é comodante em alguns contratos de comodato de bens imóveis com a Dias Branco Administração Participações Ltda. e de bens móveis com a Idibra Participações Ltda. Além disso, é locatária de um bem imóvel de propriedade da Dias Branco Administração e Participações Ltda..

No que tange à prestação de garantias, o Diretor Presidente da Companhia figura como garantidor em grande parte dos contratos financeiros firmados pelo Grupo. Em 31 de março de 2014, o saldo de financiamentos consolidados garantidos estava representado pelo montante de R\$ 202.044 (R\$ 285.707 em 31 de dezembro de 2013).

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de março de 2014, a Companhia registrou o montante de R\$ 2.535 (R\$ 2.709 em 31 de março de 2013), relativo à remuneração do pessoal-chave da administração a título de benefícios de curto prazo. Vale salientar que o valor dos honorários da administração evidenciados na demonstração de resultado do período contempla apenas a remuneração direta, tais como salários, pró-labore e gratificações. Dessa forma, remuneração variável e benefícios concedidos ao pessoal-chave da Administração não estão contemplados no valor dos honorários da administração.

A Companhia não concede ao seu pessoal-chave qualquer benefício que não seja de curto prazo, inclusive e especialmente, licença por anos de serviços e benefícios pós-emprego, tais como pensões e benefícios de aposentadoria.

14. Financiamentos e empréstimos

14.1 Financiamentos e empréstimos com Instituições Financeiras

	Controladora e Consolidado				Controladora e Consolidado		
	Indexador	Juros (a.a.)	Data de vencimento	31/03/14	Juros (a.a.)	Data de vencimento	31/12/13
Moeda nacional							
BNDES-FINAME	TJLP	3,42%	15/01/2017	1.290	3,00%	15/01/2017	1.832
BNDES-PSI	R\$	4,32%	15/01/2024	176.210	4,54%	17/07/2023	141.345
BNDES-PSI	URTJLP	6,23%	15/02/2021	975	6,21%	15/02/2021	1.064
BNB-FNE	-	10,00%	16/09/2018	52.204	10,00%	19/07/2016	58.711
BNDES Automático	TJLP	2,49%	15/07/2014	69	2,49%	15/07/2014	122
BNDES Automático	Tx.Variável	2,49%	15/07/2014	38	2,49%	15/07/2014	68
Arrendamento mercantil financeiro		2,70%	03/12/2017	1.445	2,70%	03/12/2017	725
				<u>232.231</u>			<u>203.867</u>
Moeda estrangeira							
Financiamentos de importação de insumos	USD	1,04%	06/02/2015	170.924	1,14%	29/08/2014	256.279
Financiamentos de máquinas e equipamentos	CHF	Libor* + 1,50%	30/10/2014	1.606	Libor* + 1,50%	30/10/2014	1.639
				<u>172.530</u>			<u>257.918</u>
				<u>404.761</u>			<u>461.785</u>
Circulante				<u>(219.902)</u>			<u>(303.182)</u>
Não circulante				<u>184.859</u>			<u>158.603</u>

Notas Explicativas

Foi considerada a data de vencimento máxima em cada categoria. Os contratos do BNDES e FNE têm carência de 12 meses a 36 meses. Os juros são pagos trimestralmente durante o período de carência e após o período de carência, o vencimento passa a ser mensal, tanto para o valor principal quanto para os juros. Os financiamentos externos para capital de giro, importações de máquinas e equipamentos e financiamentos nacionais de insumos - EGF têm vencimentos semestrais de principal e juros. Os financiamentos de importação de insumos têm vencimentos anuais de principal e juros. Já os financiamentos de capital de giro em moeda nacional têm vencimentos mensais de juros e principal.

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/03/14	31/12/13
Ano de vencimento:		
2015	45.866	47.206
2016	26.637	24.756
2017	24.178	19.414
2018	23.649	19.137
2019 a 2024	64.529	48.090
Total	184.859	158.603

Os financiamentos e empréstimos (consolidado) estão garantidos por notas promissórias e alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 404.761 (R\$ 461.785 em 31 de dezembro de 2013).

Os contratos de abertura de crédito de importação de mercadorias, financiamentos externos, financiamentos através das linhas de crédito do BNDES e FNE e capital de giro contêm cláusulas restritivas, habituais para esse tipo de operação, que caso não sejam atendidas, podem fazer com que algumas dessas operações tenham seus vencimentos antecipados.

Essas cláusulas contratuais, dentre outras condições, restringem a autonomia da Companhia nos casos de alteração da estrutura societária, pois não poderá haver alteração ou modificação da composição do capital social nem incorporação, cisão ou fusão da mesma, transferência ou cessão, direta ou indireta, de seu controle societário sem a prévia e expressa concordância da instituição financeira contratada; e exigem que a Companhia não possua (i) protestos legítimos, (ii) ações, demandas ou processos pendentes ou em vias de serem propostos que, se decididos desfavoravelmente à Companhia, teriam um efeito prejudicial sobre a condição financeira ou que prejudicariam sua capacidade de cumprir suas obrigações contratuais; (iii) bem como, a exigência de que a transferência ou cessão de direitos e obrigações decorrentes dos contratos sejam aprovadas pela instituição financeira contratada e o FINAME. Atualmente, o Grupo não está incorrendo em nenhuma das hipóteses de restrição previstas em seus contratos.

14.2 Financiamentos de impostos – PROVIN, PROADI e DESENVOLVE

A Companhia é beneficiária de subvenções para investimento de origem governamental, conforme esclarecido na Nota Explicativa nº 18 - Subvenções

Notas Explicativas

governamentais. Os financiamentos aqui classificados dizem respeito à parcela não incentivada dos tributos e estão baseados no ICMS devido apurado mensalmente.

O saldo dos financiamentos apresentavam a seguinte composição no final do período:

	Data de vencimento	Controladora e Consolidado	
		31/03/14	31/12/13
Moeda nacional			
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROADI)	10/04/2014	71	29
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROVIN)	31/10/2016	22.251	21.864
Financ. de Tributos Estaduais (DESENVOLVE)	20/04/2015	6.654	6.410
		<u>28.976</u>	<u>28.303</u>
Circulante		<u>(18.779)</u>	<u>(16.342)</u>
Não circulante		<u>10.197</u>	<u>11.961</u>

Os financiamentos de tributos PROADI têm vencimento trimestral e são atualizados pelo TR. Já o PROVIN, o prazo de vencimento é por triênio, enquanto o DESENVOLVE é anual. Esses dois últimos financiamentos são atualizados com base na TJLP.

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/14	31/12/13
Ano de vencimento:		
2015	10.144	11.859
2016	53	102
Total	<u>10.197</u>	<u>11.961</u>

Os financiamentos do PROVIN e PROADI estão garantidos por notas promissórias.

14.3 Financiamentos diretos - Aquisições de empresas

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/03/14	31/12/13
Passivo circulante		
Contas a pagar por aquisição de quotas do Moinho Santa Lúcia	6.200	6.070
	<u>6.200</u>	<u>6.070</u>
Passivo não circulante		
Contas a pagar por aquisição de ações da Pilar	27.175	26.559
Contas a pagar por aquisição de ações da Pelágio/Quotas da J. Brandão	12.347	12.295
Contas a pagar por aquisição de quotas do Moinho Santa Lúcia	39.523	38.598
	<u>79.045</u>	<u>77.452</u>

No que diz respeito à dívida contraída na aquisição da Pilar, o saldo existente em 31 de dezembro, atualizado pela taxa 100% do CDI, será pago em 26/04/2017. Esse

Notas Explicativas

montante se presta à garantia das contingências que porventura venham a surgir decorrentes de fatos ocorridos até a data de aquisição.

Já a dívida contraída na aquisição da Pelágio e J. Brandão, o saldo existente em 31 de março de 2014, o qual se presta à garantia das contingências, será pago em 23/12/2017, atualizado pela taxa 100% do CDI.

No caso da dívida contraída na aquisição do Moinho Santa Lúcia Ltda., o saldo existente em 31 de março de 2014, atualizado pela taxa 100% do CDI, está representado por (i) um montante de R\$ 24.920, que será liquidado em 4 parcelas, cujo a primeira vence em 25/05/2014, no valor de R\$6.200, e as demais no valor de R\$ 6.240, com vencimentos em 25/05/2015, 25/05/2016 e 25/05/2017; (ii) e por uma parcela retida do preço de aquisição, no montante de R\$ 20.803 a ser paga no prazo de 6 anos da data de aquisição, a qual se presta à garantia das contingências.

15. Provisão para contingências

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia e sociedades controladas.

Existem processos em discussão nos âmbitos administrativo e judicial, e as interpretações jurisprudenciais variam e se aplicam caso a caso, conforme as características peculiares de cada demanda. Em 31 de março de 2014, do total dos processos de naturezas trabalhista e cível, 2,49% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 97,51% estão sendo discutidos em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme o caso. Já em relação aos processos de natureza tributária 62% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 38% estão sendo discutidos em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme o caso.

Destes, somente as contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. As provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

As provisões registradas estão subdivididas em:

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/03/14	31/12/13
Trabalhistas e cíveis	44.550	41.647
Tributárias	12.984	12.993
Outros	1.517	1.517
	59.051	56.157

Notas Explicativas**Movimentação dos processos no período**

Controladora	Cíveis e			Total
	<u>trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Outras</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>32.006</u>	<u>4.233</u>	<u>1.517</u>	<u>37.756</u>
Adições	6.879	-	-	6.879
Baixas/reversões	(399)	-	-	(399)
Incorporações de Controlada	3.161	8.760	-	11.921
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>41.647</u>	<u>12.993</u>	<u>1.517</u>	<u>56.157</u>
Adições	3.897	-	-	3.897
Baixas/reversões	(994)	(9)	-	(1.003)
Saldos em 31 de março de 2014	<u>44.550</u>	<u>12.984</u>	<u>1.517</u>	<u>59.051</u>
Consolidado	Cíveis e			Total
	<u>trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Outras</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>33.920</u>	<u>11.464</u>	<u>1.517</u>	<u>46.901</u>
Adições	8.831	1.530	-	10.361
Baixas /reversões	(1.104)	(1)	-	(1.105)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>41.647</u>	<u>12.993</u>	<u>1.517</u>	<u>56.157</u>
Adições	3.897	-	-	3.897
Baixas /reversões	(994)	(9)	-	(1.003)
Saldos em 31 de março de 2014	<u>44.550</u>	<u>12.984</u>	<u>1.517</u>	<u>59.051</u>

- **Natureza dos processos**

Cíveis e trabalhistas

O Grupo figura como réu em aproximadamente 554 processos judiciais de naturezas trabalhista e cível cuja probabilidade de perda é classificada como provável no valor de R\$ 39.472 e R\$ 5.078, respectivamente. A maior parte das ações envolve problemas usuais e peculiares do negócio, relativos a pedidos de indenização e por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, ações de rescisão de cláusulas de contratos de distribuição, ações de reparação de danos, dentre outros.

Tributárias

A provisão para contingências tributárias está composta da seguinte forma:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
	<u>31/03/14</u>	<u>31/12/13</u>
IPI - Depósito judicial (a)	3.787	3.787
PIS - Depósito judicial (b)	1.563	1.563
COFINS - Depósito judicial(b)	7.197	7.197
Outros	437	446
	<u>12.984</u>	<u>12.993</u>

Notas Explicativas

- (a) A Companhia ingressou com Mandado de Segurança para afastar a exigência do IPI incidente sobre aeronaves arrendadas, importadas sob o regime de admissão temporária. A Companhia efetuou depósito judicial no montante total da ação. O processo encontra-se em 2ª instância, na 6ª turma do TRF da 3ª região.
- (b) A Companhia ingressou com Mandado de Segurança objetivando a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo encontra-se em 2ª instância, na 3ª turma do TRF da 5ª região, aguardando julgamento.

O Grupo não atualizou as provisões para contingências integralmente garantidas por depósitos judiciais os quais, da mesma forma, não são atualizados.

Adicionalmente às provisões constituídas, o Grupo possui diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, nas quais figuram no pólo passivo cujas probabilidades de perda, baseadas na opinião de consultores jurídicos internos e externos, são consideradas possíveis, totalizando aproximadamente R\$ 373.902 (R\$ 377.162 em 31 de dezembro de 2013). Dentre os processos, merecem destaque os seguintes:

Autos de Infração do IRPJ e CSLL: a Receita Federal do Brasil lavrou 2 autos de infração referentes a exigência de IRPJ e CSLL em função das seguintes supostas irregularidades: (i) não inclusão das subvenções para investimento recebidas dos Estados do Ceará (PROVIN) e Rio Grande do Norte (PROADI) na base de cálculo do IRPJ e da CSLL; (ii) não escrituração do ganho proveniente da referida subvenção no momento em que pagava o tributo (ICMS) usado pelo Estado concedente para calcular e posteriormente liberar a subvenção para investimento; (iii) não computação de adição da CSLL ao lucro real; (iv) suposta majoração indevida do incentivo fiscal federal concedido pela SUDENE; e (v) multa isolada. Os dois processos têm valor somado de, aproximadamente, R\$ 98.132, atualizados até 31 de março de 2014 (R\$ 97.455 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia apresentou impugnações aos referidos autos de infração, as quais foram julgadas improcedentes pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal. Em face de tais decisões, foram interpostos Recursos Voluntários perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (antigo Conselho de Contribuintes), os quais foram julgados procedentes, exceto em relação à suposta majoração de incentivo fiscal federal concedido pela SUDENE, o que foi objeto de embargos de declaração ainda não apreciado, para suprir a omissão de não apreciação de ofício da SUDENE, juntado aos autos, que afirma a inexistência da majoração de incentivo alegada no auto de infração. A Fazenda Nacional apresentou Recurso Especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais nos dois processos apenas em respeito à não tributação pelo IRPJ e CSLL das subvenções para investimento recebidas dos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, os quais aguardam julgamento. A Companhia já apresentou suas contra-razões em ambos os recursos, bem como continua aguardando o julgamento dos embargos de declaração para, se for o caso, opor o competente recurso especial. A Companhia avalia a possibilidade de êxito como possível, sobre a totalidade da autuação.

Autos de Infração do PIS e COFINS: foram lavrados dois autos de Infração pela Receita Federal do Brasil visando a exigência de débitos relacionados às contribuições ao PIS e a COFINS relativas aos anos-calendários de 1999 a 2003, tendo em vista o cometimento de três supostas infrações quanto à incidência desses tributos sobre receitas alheias ao faturamento *stricto sensu*: (i) divergências entre os valores declarados em DCTF e os valores devidos; (ii) registro supostamente errôneo das variações monetárias passivas e lançamento dos valores como créditos em contrapartida da diminuição de obrigações em moeda estrangeira; e (iii) não inclusão na base de cálculo dos valores escriturados de subvenções para investimento auferidas dos Estados do Ceará e do Rio Grande do

Notas Explicativas

Norte. Essas três supostas infrações correspondem à aproximadamente 25% do valor total autuado. Em razão disso a Companhia, em sede de preliminar de seu recurso administrativo, requereu a nulidade dos respectivos autos por cerceamento do direito de defesa, vez que desconhece o fundamento para os outros 75% dos valores cobrados. O valor atualizado, até 31 de março de 2014, dos dois processos, é de, aproximadamente, R\$ 111.740 (R\$ 110.939 em 31 de dezembro de 2013). Importante ressaltar que os anos-calendários autuados coincidem totalmente, no caso da COFINS, e na maior parte, no caso do PIS, com o período onde a tributação pelo PIS e COFINS não poderia alcançar outras receitas senão o faturamento *stricto sensu*, face ao trânsito em julgado de decisão do STF, em favor da Companhia, que reconheceu a inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo do PIS e COFINS trazida pela Lei nº 9.718/98. A Companhia apresentou impugnações aos referidos autos de infração, as quais foram julgadas improcedentes pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal. Em face de tais decisões, foram interpostos Recursos Voluntários perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (antigo Conselho de Contribuintes), sendo um deles – referente ao PIS - julgado parcialmente procedente, mantendo a exigência do PIS sobre as subvenções, mesmo o Acórdão reconhecendo estar provado nos autos se tratarem de subvenções para investimento e já existindo outras manifestações do mesmo tribunal administrativo reconhecendo a não incidência do PIS sobre tais subvenções. Atualmente, o referido processo encontra-se no CARF para apreciação do Recurso Especial interposto pela Companhia. A Companhia avalia a possibilidade de êxito como possível sobre a totalidade da autuação.

Ações judiciais de cunho ambiental: a Companhia destaca duas ações de cunho ambiental, uma ação civil pública e uma ação popular, as quais se encontram atualmente em trâmite na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Paraíba. Tais ações têm como objetivos principais a declaração de nulidade do processo de licenciamento do empreendimento da unidade industrial da Companhia localizada no Estado da Paraíba, denominada Grande Moinho Tambaú, assim como contempla pedido de indenização por conta de eventuais danos ambientais causados à área da construção e, ainda, pedido de demolição da área construída. De acordo com decisão judicial proferida, os autos foram encaminhados à Justiça Estadual da Comarca de Cabedelo/PB, por não haver interesse de autarquia federal (no caso, o IBAMA) a justificar a sua competência para processar e julgar o feito. Entendeu o juízo federal, que as referidas ações discutem matéria de direito edilício, postura e licenciamento municipal, com meros reflexos na área portuária interna e evento visual em relação ao Forte de Santa Catarina de Cabedelo, popularmente conhecido como “Fortaleza de Santa Catarina”, não dizendo respeito à atuação do IBAMA, por não se cogitar de dano ambiental. Atualmente, o processo se encontra na Justiça Estadual, aguardando manifestação desta. Considera-se como possível a probabilidade de perda das ações, porém com risco remoto de demolição da área construída, mas com eventual obrigação de pagamento de indenização por danos ambientais, estimado pelo escritório externo no valor aproximado de R\$ 2.000, na hipótese de desfecho desfavorável à Companhia.

16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Os impostos ativos diferidos levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade.

Notas Explicativas

A composição dos ativos e passivos diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro estão demonstrados a seguir.

Ativo diferido	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/03/14	31/12/13
Provisão para redução a valor recuperável-clientes	2.733	2.921
Provisão para contingências	18.448	17.461
Lucros não realizados em operações com controladas	-	2.128
Provisão de despesas com logística e verbas contratuais	6.831	4.525
Provisão para perda de impostos	1.564	2.780
Provisão de despesas com honorários advocatícios	1.990	1.990
Outras provisões	8.672	17.859
	40.238	49.664

Passivo diferido	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/03/14	31/12/13
Diferenças de depreciação (taxas fiscais x vida útil)	47.153	44.769
Amortização fiscal do ágio pago por rentabilidade futura	76.629	70.764
Lucros não realizados em operações com controladas	(2.128)	-
Perdas (Ganhos) em Operação com Contratos de SWAP	(2.628)	4.031
Outras provisões	1.915	1.862
	120.941	121.426
Passivo diferido líquido	80.703	71.762

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias em prazo máximo de dez anos, considerando a expectativa de realização das provisões que o geraram.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas expectativas de desfecho dos processos que originaram as provisões para contingências, bem como nos critérios da legislação tributária para dedutibilidade das perdas com créditos de liquidação duvidosa.

Com base no histórico de realizações dos passivos representativos de riscos tributários, trabalhistas e cíveis, dentre outros, e provisões para redução do valor recuperável de clientes, o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos das informações consolidadas apresentam a seguinte expectativa de realização:

Exercício	31/03/14	31/12/13
2014	22.639	31.246
2015	3.146	3.305
2016	2.507	2.658
2017 a 2021	11.946	12.455
Total	40.238	49.664

Notas Explicativas

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/14	31/03/13	31/03/14	31/03/13
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	152.902	116.616	152.902	120.746
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	51.987	39.649	51.987	41.054
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	413	338	350	534
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(33)	(5.290)	-	-
Incentivos fiscais estaduais	(15.166)	(12.587)	(15.166)	(15.253)
Outros itens	(1.456)	544	(1.426)	326
Imposto de renda e contribuição social no resultado antes da isenção	35.745	<u>22.654</u>	35.745	<u>26.661</u>
Subvenção governamental do imposto de renda	(15.095)	(13.928)	(15.095)	(13.928)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período após isenção	20.650	<u>8.726</u>	20.650	<u>12.733</u>
Alíquota efetiva	13,51%	<u>7,48%</u>	13,51%	<u>10,54%</u>

A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais do imposto de renda, cuja natureza, prazo e parcela incentivada estão detalhados na Nota Explicativa nº 18 - Subvenções governamentais.

17. Patrimônio líquido

a. Capital social - Controladora

Em 10 de março de 2014, os membros do Conselho de Administração aprovaram aumento de capital social em R\$ 162.293, sem modificação no número de ações mediante a capitalização dos seguintes valores: (i) R\$ 42.828 referente à parte da Reserva de Incentivos Fiscais relativa aos incentivos fiscais federais de redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica auferidos pela M. Dias Branco, controladora, durante o ano de 2012; (ii) R\$ 107.111, relativo a reservas de incentivos fiscais do ICMS, registradas como reservas de capital; (iii) R\$ 10.270 relativo a reservas de incentivos fiscais de redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica auferidos pela empresa Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda., incorporada em 27 de dezembro de 2013; e (iv) R\$ 2.084 referentes às alterações necessárias nas capitalizações da reserva de incentivos fiscais, decorrentes das retificações das Declarações de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – DIRPJ relativas aos anos calendário 2010 e 2011. A partir desta data o capital social passou a ser de R\$ 990.014. (R\$ 827.721 em 31 de dezembro de 2013).

O capital social autorizado é de 459.200.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e pode ser aumentado sem reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, mediante a capitalização de reservas, com ou sem a modificação do

Notas Explicativas

número de ações.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía 28.928.996 ações ordinárias em circulação, que representavam 25,50% do total e em 31 de março de 2014, o montante passou para 28.924.496, representando 25,50% do total.

b. Reservas

Reserva legal

É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de março de 2014, a Reserva Legal da Companhia totalizou R\$122.921 (R\$122.921 em 31 de dezembro de 2013).

Reservas de incentivos fiscais

É constituída anualmente a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia e de suas controladas, conforme detalhado em Nota Explicativa nº 18 - Subvenções governamentais. Em 31 de março de 2014, as Reservas de incentivos fiscais totalizavam R\$ 859.154; em 31 de dezembro de 2013, as Reservas de incentivos fiscais totalizavam R\$1.021.447 (sendo R\$915.991 registrada em Reservas de Lucros e R\$ 105.456 em Reservas de Capital).

Reservas para plano de investimento

É uma reserva prevista no Estatuto da Companhia, constituída a partir da parcela remanescente do lucro, ou seja, lucro do exercício líquido das reservas de incentivos fiscais, da reserva legal e dos dividendos propostos, salvo deliberação diversa pela Assembleia Geral. Sua finalidade é o fortalecimento do capital de giro da Companhia e o reinvestimento de recursos gerados internamente. Essa reserva poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas. Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Reserva para plano de investimento totalizou R\$ 780.239. Esta reserva observará o limite máximo de 95% do Capital Social.

Segundo o estatuto da Companhia, o saldo das reservas de lucros, com exceção das reservas de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar o capital social. Caso exceda o limite, a Assembleia irá deliberar sobre a aplicação do excesso, no sentido de aumentar o capital ou distribuir dividendos.

Reserva especial - Lei nº 8.200/1991

A Companhia contabilizou em exercícios anteriores a 1995 a correção monetária especial prevista no artigo 2º da Lei nº 8.200/1991 sobre bens do ativo permanente. Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Reserva especial era de R\$16.529.

c. Remuneração de acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, bem como a possibilidade de créditos aos acionistas na forma de juros sobre o

Notas Explicativas

capital próprio, com observância aos limites previstos em Lei. O montante dos juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.

Em 09 de dezembro de 2013, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, a proposta de creditamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 117.270 (R\$111.350, líquidos de IRRF), pagos em 30 de abril de 2014, dentro dos limites estabelecidos pela Lei Nº 9.249/95.

d. Ajustes acumulados de conversão e ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimentos no exterior. Além do ajuste de conversão, existe o ajuste de avaliação patrimonial decorrente da mudança na participação societária na Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.

18. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pelo Grupo têm a natureza de subvenções para investimentos e se dividem em subvenções estaduais e federais, sendo todas monetárias e registradas pelo seu valor nominal.

O valor das subvenções para investimento recebidas dos Estados é determinado a partir do montante de ICMS devido e incidente sobre os negócios realizados por unidades industriais incentivadas. Tais unidades são as construídas e implantadas nos termos de Projetos de Investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pelos respectivos Estados, no âmbito de suas políticas públicas de fomento ao desenvolvimento industrial.

O valor das subvenções para investimento recebidas da União é determinado a partir do Lucro da Exploração gerado por unidades industriais incentivadas. Tais unidades são as construídas e implantadas nos termos de Projetos de Investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pela SUDENE, no âmbito da política nacional de fomento ao desenvolvimento regional.

Os recursos recebidos se constituem em fonte de reposição do capital investido nos empreendimentos econômicos resultantes dos Projetos de investimento implementados pela Companhia e enquadrados nos respectivos programas públicos de fomento ao desenvolvimento. Todas essas subvenções para investimento são de caráter oneroso (em função de determinadas condições) e concedidas por prazo certo (art. 178, CTN).

Tais subvenções para investimento, não obstante sua inequívoca essência econômica de alocação de capital para suportar investimentos, sem configurar qualquer hipótese de redução de custos ou de despesas, passaram a transitar, a partir do exercício de 2008, no resultado do período, em função do que determina a Deliberação CVM nº 555/08 (que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 07). No cumprimento dessa determinação regulamentar, as subvenções para investimentos estaduais, em razão de serem, em sua maioria, calculadas com base no valor do ICMS computado no custo de produção, são alocadas ao resultado numa linha na demonstração do resultado do período, logo abaixo da que registra o custo dos produtos vendidos. Já a subvenção federal, baseada no lucro da exploração, é apresentada como dedução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

Para efeito da determinação do valor das subvenções para investimento que deve transitar no resultado por força da citada exigência regulamentar, a Companhia utiliza

Notas Explicativas

o regime de competência, reconhecendo as subvenções independente do momento em que as realiza em termos financeiros, em face dos seguintes fatores: (i) o histórico de cumprimento dos requisitos legais e contratuais necessários para usufruto dessas subvenções; e (ii) sua capacidade de assegurar o cumprimento dos requisitos necessários para recebê-las dos entes públicos respectivos.

No encerramento do exercício social, a parcela do lucro que decorre desse mecanismo de trânsito por resultados das subvenções para investimento é destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais, no Patrimônio Líquido, e é excluída da base de cálculo dos dividendos, tendo em vista que as subvenções têm a natureza de alocação de capital para investimentos, devendo ser obrigatoriamente reinvestidas na Companhia.

A Companhia é beneficiária das seguintes subvenções para investimento de origem governamental:

18.1 Incentivos fiscais estaduais

No período findo em 31 de março de 2014, a Grupo fez jus a R\$ 44.605 (R\$ 44.863 em 31 de março de 2013) decorrentes das seguintes subvenções para investimento estaduais:

18.1.1 *DESENVOLVE - Estado da Bahia*

O Governo do Estado da Bahia, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de uma unidade industrial dotada de um moinho de trigo e uma fábrica de biscoitos e de massas, no município de Salvador - BA. A transferência dos recursos públicos à unidade incentivada ocorre mediante a aplicação de um desconto, quando do vencimento do tributo, de até 81,00% do ICMS devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da unidade industrial referida. A manutenção desses incentivos é condicionada à comprovação contábil e física da integral realização do investimento projetado e da geração de empregos prevista no projeto de investimento. Além desses requisitos quanto ao investimento realizado, exige-se que não haja atraso no pagamento do ICMS devido para não gerar a suspensão do incentivo.

O incentivo é válido até junho de 2025.

18.1.2 *FDI/PROVIN - Estado do Ceará*

O Governo do Estado do Ceará, dentro das políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento industrial do Ceará, decidiu alocar recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de duas unidades industriais, sendo (i) um moinho de trigo; e (ii) uma fábrica de gorduras e margarinas especiais, ambas sediadas na cidade de Fortaleza - CE. O incentivo consiste, no caso da unidade de moagem de trigo, no diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão e, ao final do prazo, na quitação de 63,75% desse ICMS com recursos do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, correspondentes à subvenção para investimento concedida. No caso da unidade industrial de Margarinas e Gorduras vegetais, a subvenção consiste

Notas Explicativas

na quitação de 56,25% do ICMS devido com recursos do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, correspondentes à subvenção para investimento concedida.

A legislação atual e os protocolos assinados com o Estado estabelecem parâmetros de pontuação para obtenção do incentivo, considerando o volume de investimento realizado, a geração de empregos, a demanda por matérias-primas e insumos, bem como a localização e aspectos sociais e ambientais. O direito ao recebimento da subvenção está ainda condicionado ao pagamento no vencimento das parcelas devidas do ICMS.

Para ambas as plantas industriais, a mencionada subvenção para investimentos findará em novembro de 2024.

18.1.3 PROADI - Estado do Rio Grande do Norte

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de uma unidade industrial, localizada na cidade de Natal - RN, na qual foram instalados um moinho de trigo e uma fábrica de massas alimentícias. O benefício consiste no diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão e, ao final do prazo, na quitação de 74,25% desse ICMS com recursos do PROADI, correspondentes à subvenção para investimento concedida.

A referida subvenção para investimento foi concedida até agosto de 2020.

18.1.4 FAIN - Estado da Paraíba

O Governo do Estado da Paraíba, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de uma unidade industrial na cidade de Cabedelo - PB, na qual foram instalados um moinho de trigo e uma fábrica de massas alimentícias. O benefício consiste na concessão de um desconto de 81% no valor do ICMS incidente nas aquisições do trigo em grão. O desconto é operado mediante o registro de um crédito presumido na escrita fiscal da unidade incentivada, em valor correspondente à subvenção pactuada.

A concessão da mencionada subvenção para investimento se estende até dezembro de 2032.

18.1.5 PRODEPE - Estado de Pernambuco

O Governo do Estado de Pernambuco, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, concedeu recursos de forma a subvencionar os investimentos realizados na construção, implantação e expansão de uma unidade industrial na cidade de Jaboatão dos Guararapes - PE, na qual foi instalada uma fábrica de biscoitos e de massas alimentícias, operadas pela controlada Vitarella, recentemente incorporada. Tal subvenção foi concedida no bojo do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco - PRODEPE, regulado pelo Decreto nº 21.959/99. A subvenção é calculada mediante a aplicação do percentual de 75% sobre o valor do ICMS incidente

Notas Explicativas

sobre o trigo em grão, consumido pela indústria em equivalente de farinha de trigo. O valor dos recursos correspondentes à subvenção assim calculada é recebido pela indústria mediante a emissão de Nota Fiscal de ressarcimento contra o fornecedor da farinha de trigo adquirida, ou contra o Estado, no caso de aquisição do exterior ou de Estado não signatário do Protocolo 46/2000 de farinha de trigo ou trigo em grão, ao qual compete receber do Estado de Pernambuco o ressarcimento dos valores correspondentes à subvenção entregues às indústrias de massas e biscoitos incentivadas. Além dos 75% antes mencionados, a subvenção inclui um valor equivalente a 5% do frete incidente sobre as vendas para fora da Região Nordeste, desde que o valor total da subvenção não ultrapasse a um montante equivalente a 85% do ICMS sobre o trigo em grão contido na farinha de trigo consumida.

A concessão da subvenção se estende até março de 2024.

No caso da unidade industrial instalada em Recife-PE (PILAR), adquirida em 26 de abril de 2011 e incorporada em 30 de março de 2012, a subvenção concedida é calculada nos mesmos termos da subvenção concedida à Vitarella. A concessão do benefício ocorreu em 29 de setembro de 2003 e se estende até outubro de 2015.

Importante salientar que o processo de incorporação garante a manutenção da concessão do benefício, mediante a transferência de titularidade.

18.2 Incentivo fiscal federal

A Companhia é beneficiária de subvenções Federais obtidas por conta da realização de investimentos na implantação de novas unidades industriais sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, nos termos definidos no art. 13 da Lei nº 4.239, de 27.06.1963, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.564, de 29.07.1977, com as alterações introduzidas pelo art. 3º da Lei nº 9.532, de 10.12.1997, art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24.08.2001, e art. 32 da Lei nº 11.196, de 21.11.2005.

Segundo esses dispositivos legais, o incentivo fiscal é concedido pelo prazo certo de 10 (dez) anos, para os empreendimentos industriais que comprovarem, junto à SUDENE, a realização de investimentos na Região Nordeste do Brasil, mediante a instalação, modernização, ampliação ou diversificação de unidades industriais na referida região, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obter a contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento da região Nordeste do País.

A teor da legislação referida, o valor a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste num montante equivalente ao resultado da aplicação do percentual de até 75% (setenta e cinco por cento) sobre uma base de cálculo legalmente denominada de lucro da exploração (art. 1º da MP 2.199-14/01 e art. 1º do Decreto nº 6.539/2008). A metodologia legal de quitação desse benefício por parte da União prescreve que será liquidado, a cada período, mediante redução (abatimento) do valor que, segundo a legislação de regência, for considerado devido a título de imposto de renda e adicional (IRPJ), calculado periodicamente sobre o Lucro Real.

Notas Explicativas

Atualmente, a Companhia é beneficiária de subvenções equivalentes a 75,0% e 12,5% do Imposto de Renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades principais (lucro da exploração) nas suas unidades industriais.

Unidades industriais	Percentual de redução do IRPJ	Período de validade
Fábrica de biscoitos e de massas (Eusébio-CE)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Moinho de trigo (Fortaleza - CE)	75,0%	Jan de 2010 até Dez de 2019
Fábrica de gorduras e margarinas especiais (Fortaleza-CE)	75,0%	Jan de 2012 até Dez de 2021
Moinho de trigo e fábrica de massas (Natal-RN)	75,0%	Jan de 2014 até Dez de 2023
Fábrica de massas e de biscoitos (Salvador - BA)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Moinho de trigo (Cabedelo - PB) Produção de até 114.683 toneladas	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Moinho de trigo (Cabedelo - PB) Produção de 114.684 a 317.952 toneladas	75,0%	Jan de 2011 até Dez de 2020
Fábrica de massas (Cabedelo - PB)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Fábrica de biscoitos e de massas (Jaboatão dos Guararapes - PE)	75,0%	Jan de 2009 até Dez de 2018
Fábrica de Produtos derivados do milho (Maracanaú-CE) Produção de até 2.160 a 4.320 toneladas	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Fábrica de bolos, biscoitos e waffer (Maracanaú- CE)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Fábrica de massas (Maracanaú- CE) Produção de 12.001 até 30.000 toneladas	75,0%	Jan de 2006 até Dez de 2015

No período findo em 31 de março de 2014, o Grupo fez jus a R\$ 15.095 (R\$ 13.928 em 31 de março de 2013) decorrentes dessa subvenção para investimento concedida pela União às referidas unidades industriais incentivadas.

A Companhia apura o Lucro da Exploração, base de cálculo do incentivo de redução do imposto de renda, por estabelecimento incentivado, nos termos previstos no art. 16 e parágrafos, da Lei nº 4.239, de 27.06.63, e demais disposições da legislação tributária Federal.

Os prazos de vigência das subvenções federais em vigor estão detalhados a seguir:

É importante mencionar que em 31 de dezembro de 2013 terminou a vigência dos incentivos fiscais federal concedidos às unidades instaladas na Bahia e na unidade de Maracanaú/CE. Contudo, a Companhia está ultimando novos pleitos a fim de comprovar a realização de investimentos na modernização das unidades da Bahia e do Ceará, o qual será apresentado à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, oportunamente.

A Administração do Grupo cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção, etc., bem como não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes.

Até então, entende-se que não foi descumprido qualquer condição que impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais que

Notas Explicativas

Ihe foram concedidas.

19. Receita líquida

	<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	31/03/14	31/03/13	31/03/13
Receita líquida:	<u>1.080.980</u>	<u>750.449</u>	<u>948.420</u>
Mercado interno	1.075.479	747.032	945.003
Mercado externo	5.501	3.417	3.417

20. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	31/03/14	31/03/13	31/03/13
Outras receitas operacionais			
Reversão de provisões operacionais	10	-	827
Receita de venda de avarias, sucatas e insumos	2.027	1.113	6.946
Outras	504	-	-
	<u>2.541</u>	<u>1.113</u>	<u>7.773</u>
Outras despesas operacionais			
Provisões operacionais	(2.904)	(2.770)	(4.360)
Baixa de depósitos judiciais	-	(4.112)	(4.112)
Créditos de ICMS baixados como perda	-	(669)	(669)
Provisão para perdas de tributos	(1.378)	-	-
Custo da venda dos bens do ativo imobilizado	(12)	(411)	(223)
Outras	(3.271)	(1.873)	(1.661)
	<u>(7.565)</u>	<u>(9.835)</u>	<u>(11.025)</u>
Total	<u>(5.024)</u>	<u>(8.722)</u>	<u>(3.252)</u>

21. Custo dos produtos vendidos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/14	31/03/13	31/03/14	31/03/13
Matéria-prima	<u>499.526</u>	359.504	<u>499.539</u>	444.925
- Trigo	293.200	239.011	293.213	252.741
- Óleo	58.231	55.216	58.231	59.750
- Açúcar	26.498	13.174	26.498	22.041
- Farinha de terceiros	59.710	32.305	59.710	51.388
- Gordura de terceiros	15.742	15.334	15.742	10.373
- Outros	46.145	4.464	46.145	48.632
Embalagens	72.972	46.177	72.972	61.061
Mão de obra	81.496	48.412	81.496	68.374
Gastos gerais de fabricação	55.573	35.937	55.573	47.524
Depreciação e amortização	20.372	14.068	20.372	18.377
Diversos	-	-	-	3.211
	<u>729.939</u>	<u>504.098</u>	<u>729.952</u>	<u>643.472</u>

Notas Explicativas

22. Despesas com vendas e administrativas - por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/14	31/03/13	31/03/14	31/03/13
Despesas com marketing e vendas	59.378	51.887	59.378	69.096
Despesas com fretes	54.203	32.072	54.203	43.257
Despesas com salários e benefícios a empregados	94.239	65.445	94.239	82.382
Outras Despesas Administrativas	12.938	9.555	13.017	12.911
	220.758	158.959	220.837	207.646
Despesas com vendas	182.460	132.630	182.460	172.219
Despesas administrativas	38.298	26.329	38.377	35.427

23. Receitas (despesas) financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/14	31/03/13	31/03/14	31/03/13
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	7.276	3.234	7.276	3.892
Variações cambiais ativas	14.145	2.805	14.145	3.023
Outros	1.879	1.641	1.888	1.848
	23.300	7.680	23.309	8.763
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(3.739)	(3.467)	(3.739)	(4.504)
Juros sobre dívida de participação societária	(1.929)	(756)	(1.929)	(1.525)
Variações cambiais passivas	(9.224)	(3.489)	(9.224)	(3.983)
Ganhos (Perdas) em operações com contratos derivativos	(9.911)	(397)	(9.911)	(397)
Comissões e despesas bancárias	(987)	(1.151)	(987)	(1.236)
Juros sobre debêntures	-	(2.629)	-	(2.629)
Outros	(1.260)	(423)	(1.260)	(516)
	(27.050)	(12.312)	(27.050)	(14.790)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(3.750)	(4.632)	(3.741)	(6.027)

24. Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outras contas a receber, partes relacionadas, empréstimos, financiamentos e contratos de swap.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/13
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalente de caixa	293.476	306.216	293.945	306.745
Contas a receber de clientes	508.281	468.438	508.288	468.568
Outros créditos	15.648	15.411	15.803	15.565
Investimentos mantidos até o vencimento				
Aplicações financeiras	4.957	5.043	4.957	5.043
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo				
Outros créditos (Contratos de <i>swap</i>)	-	9.991	-	9.991
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	131.469	85.534	131.326	85.554
Financiamentos com instituições financeiras	404.761	461.785	404.761	461.785
Financiamentos diretos	85.245	83.522	85.245	83.522
Outras contas a pagar	38.142	37.336	37.034	36.332
Passivos financeiros mensurados pelo valor justo				
Outras contas a pagar (Contratos de <i>swap</i>)	8.461	946	8.461	946

Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo mantém aplicações financeiras e contratos de *swap* registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração utilizado está classificado no Nível 2.

Em 31 de março de 2014, os valores justos dos instrumentos financeiros, bem como os valores contábeis apresentados das informações financeiras intermediárias estão identificados a seguir:

Notas Explicativas

	Moeda	Controladora				Consolidado			
		Saldo contábil 31/03/14	Valor justo 31/03/14	Saldo contábil 31/12/13	Valor justo 31/12/13	Saldo contábil 31/03/14	Valor justo 31/03/14	Saldo contábil 31/12/13	Valor justo 31/12/13
Empréstimos e recebíveis									
Caixa e equivalentes de caixa		293.476	293.476	306.216	306.216	293.945	293.945	306.745	306.745
Contas a receber de clientes		508.281	508.281	468.438	468.438	508.288	508.288	468.568	468.568
Outros créditos		15.648	15.648	15.411	15.411	15.803	15.803	15.565	15.565
Investimentos mantidos até o vencimento									
Aplicações financeiras		4.957	4.957	5.043	5.043	4.957	4.957	5.043	5.043
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo									
Outros créditos (Contratos de <i>swap</i>)		-	-	9.991	9.991	-	-	9.991	9.991
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado									
Fornecedores		131.469	131.469	85.534	85.534	131.326	131.326	85.554	85.554
Financiamentos com instituições financeiras		404.761	393.272	461.785	454.496	404.761	393.272	461.785	454.496
Operações de repasse - BNDES	TJLP	2.334	2.428	3.018	3.121	2.334	2.428	3.018	3.121
PSI-Pré	Pré-fixado	176.210	163.791	141.345	132.997	176.210	163.791	141.345	132.997
FNE	Pré-fixado	52.204	53.048	58.711	59.783	52.204	53.048	58.711	59.783
Financiamentos externos	CHF	1.606	1.606	1.639	1.639	1.606	1.606	1.639	1.639
Financiamentos externos	USD	170.924	170.916	256.279	256.163	170.924	170.916	256.279	256.163
Arrendamento mercantil financeiro		1.445	1.445	725	725	1.445	1.445	725	725
Outros	UMBNDDES	38	38	68	68	38	38	68	68
Financiamentos diretos		85.245	83.290	83.522	81.998	85.245	83.290	83.522	81.998
Contas a pagar		38.142	38.142	37.336	37.336	37.034	37.034	36.332	36.332
Passivos financeiros mensurados pelo valor justo									
Outras contas a pagar (Contratos de <i>swap</i>)		8.461	8.461	946	946	8.461	8.461	946	946

Notas Explicativas

Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Aplicações financeiras (equivalentes de caixas)

Os valores das aplicações financeiras registrados nas informações financeiras intermediárias como equivalentes de caixa aproximam-se dos valores de realização em virtude das operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata.

Investimentos mantidos até o vencimento

O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela variação de 100% do DI futuro apurados na data de apresentação das informações financeiras intermediárias.

Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos financiamentos atrelados à TJLP foi determinado pelos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de juros praticada no mercado, na data de apresentação das informações financeiras intermediárias (spread 2,70% a.a.).

No caso dos financiamentos pré-fixados, o valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. As taxas utilizadas foram de 6,00% a.a para as operações de Finame-PSI e 8,24% a.a .para FNE.

Com relação às dívidas decorrentes das aquisições da Vitarella, Pilar, J. Brandão, Pelágio e Moinho Santa Lúcia, que conforme contratos são atualizados pelo CDI, o valor justo foi determinado considerando um *spread* de 0,50%, de forma a refletir as condições de mercado.

Contratos de swap

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado com base nas taxas futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente. Tais informações também são confrontadas com aquelas prestadas pelas instituições envolvidas.

Contas a receber, outros créditos, fornecedores e contas a pagar de curto prazo

Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia analisa seus principais riscos financeiros, define ações de mitigação dos mesmos e monitora o impacto econômico sobre o desempenho. A abordagem da Companhia frente a estes riscos é discutida e definida nas reuniões periódicas do Conselho de Administração.

As atividades do Grupo expõem as empresas a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, taxa de juros e preço das *commodities*).

Notas Explicativas

a. Risco de crédito

Esse risco é proveniente da possibilidade do Grupo não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições, tais como depósitos e aplicações financeiras. Para minimizar esse risco, as políticas de vendas da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco). Além disso, a Companhia possui seguro de crédito para proteção contra a inadimplência de clientes específicos, o que possibilita uma indenização de 90% sobre a perda líquida dos recebíveis desses clientes. O limite máximo de indenização é R\$ 20,0 milhões com vigência no período de 01 de junho de 2013 a 31 de maio de 2014. Atualmente a cobertura do seguro abrange mais de 190 empresas, no total de R\$113 milhões. Além disso, existe cerca de R\$35 milhões de garantias constituídas mediante hipoteca e fiança bancária.

Adicionalmente, o Grupo possui provisão para redução do valor recuperável de clientes, no montante consolidado de R\$19.804 (R\$19.697 em 31 de dezembro de 2013) representativos de 3,75% (3,97% em 31 de dezembro de 2013) do saldo de contas a receber em aberto, para fazer face ao risco de crédito.

Com relação às aplicações financeiras, o Grupo somente realiza aplicações em instituições financeiras com baixo risco de crédito classificado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo para saldo de aplicação.

b. Risco de liquidez

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização dos seus produtos – com a característica de forte geração de caixa e baixa inadimplência – além dos valores recebidos a título de subvenções para investimento Estaduais e Federais (associadas à implantação/expansão de unidades industriais). Somam-se a este montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia advêm de investimentos para a expansão e modernização de sua estrutura de produção e logística, para aquisição de outras empresas e para a amortização do seu endividamento, pagamento de tributos, distribuição de dividendos e outros desembolsos operacionais.

Em regra, a Companhia não tem necessidade de capital de giro adicional, pois normalmente tem até um ano de prazo para pagamento de suas principais matérias-primas (trigo e óleo vegetal), prazo este mais longo que os concedidos aos seus clientes para pagamento dos produtos adquiridos. Assim, a Diretoria entende que a Companhia continua apresentando sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos

Notas Explicativas

empréstimos e financiamentos são apresentados na Nota Explicativa nº 14.

Vale ressaltar que a Companhia tem limites aprovados em Bancos de primeira linha. Entretanto, esses limites aprovados não estão destinados a cobrir deficiência de liquidez da Companhia, visto que não tem esta indicação. Caso a Companhia venha a ter, poderá utilizar financiamentos para capital de giro, através de Instituições Financeiras Privadas, como Cédula de Crédito Bancário, FINIMP (Financiamento de Importações) ou outros, por elas apresentadas.

c. *Risco de mercado: preço das commodities*

Os preços das matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo são voláteis. Caso ocorra uma variação relevante nos preços dos insumos e matérias-primas, a Companhia pode não ser capaz de repassar tais aumentos aos preços de seus produtos na mesma velocidade dos aumentos dos custos, o que poderá vir a impactar a margem de lucro. Como política de prevenção de oscilações de curto prazo, a Companhia tem por prática a manutenção de estoques das principais matérias-primas para aproximadamente três meses de consumo, geridos através de análises do mercado futuro das principais matérias-primas. Este procedimento pode ocasionar algumas variações entre o preço médio dos estoques e o valor de mercado em uma data específica.

Além disso, o Grupo acompanha o mercado mundial de commodities, monitorando os fatores que impactam a formação dos preços tais como períodos de safra, eventos climáticos e decisões de política econômica, dentre outros, com o apoio de consultorias especializadas e sistemas de informações *on-line* com as principais bolsas de mercadorias do mundo. Nessas condições, o Grupo avalia o momento mais oportuno para compra dessas commodities, podendo estabelecer contratos de compra para entrega futura de matéria-prima, já fixando ou não o preço da *commodity*, sujeito a risco da commodity e de variação cambial.

Em 31 de março de 2014, a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura no montante de 60.000 toneladas (99.500 toneladas em 31 de dezembro de 2013), equivalente a US\$ 16.210 mil (US\$ 34.764 mil em 31 de dezembro de 2013).

d. *Risco de taxa de câmbio*

Os resultados do Grupo estão suscetíveis de sofrer variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano, decorrentes principalmente da importação de trigo em grão e óleo vegetal de soja ou de palma, suas principais matérias-primas.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Administração tem buscado evitar ou minimizar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, mediante avaliação de contratação de operações de *hedge*, mais usualmente operações de *swaps*, nas transações de importação de insumos.

Nesse sentido, o Grupo contratou operações de *swap* relacionadas a financiamentos de importação (FINIMP) para aquisição de trigo, com

Notas Explicativas

vencimento até 05 de fevereiro de 2015, onde na ponta ativa recebe em média, dólar mais 1,1779% e na ponta passiva paga, em média, 93,89% do CDI. Os valores de referência (nocial) totalizaram R\$ 200.007 e valor justo a pagar desses instrumentos derivativos, em 31 de março de 2014, somavam R\$\$ 8.460.

Vale salientar que nenhuma das operações de contratos de swap exigiu depósitos de margens em garantia.

Além da análise de descasamentos temporais entre fluxos de caixa ativos e passivos sensíveis a determinado fator de risco, bem como, no caso da variação cambial, as expectativas quanto a oscilação da taxa de câmbio em relação ao Real, a Companhia realiza, periodicamente, análise de sensibilidade de seus passivos financeiros à variação do Dólar.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/13
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	172.530	257.918	172.530	257.918
Contratos de <i>swap</i> (b)	(170.924)	(256.279)	(170.924)	(256.279)
Ativos em moeda estrangeira (b)	-	-	(37)	(56)
Déficit apurado (a-b)	1.606	1.639	1.569	1.583

Em 31 de março de 2014, o Dólar encerrou com valorização em relação ao Real de aproximadamente 3,40% (14,64% de valorização em 31 de dezembro de 2013).

Em 31 de março de 2014, a Companhia encerrou o período com uma exposição ao risco de taxa cambial não relevante, apresentando uma posição de ativos em dólar inferior aos passivos, no montante de R\$ 1,568. Desta forma, diante de um risco imaterial, a Companhia não está apresentando os cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados exigidos pela Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008.

Conforme já mencionado, a Companhia também mantinha contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura com total estimado em US\$ 16.210 mil, sujeito a risco de variação cambial. Assim, a análise de sensibilidade levou em consideração a possibilidade de três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável, que é adotado pela Companhia: cotação do dólar em R\$ 2,2630; no mesmo patamar de fechamento em 31 de março de 2014; (ii) cenário possível: considerando um aumento de 25% na cotação do dólar, passando para R\$2,8287. Nesse cenário a perda estimada seria de R\$ 9.199 mil ; e (iii) cenário remoto: elevação da cotação do dólar em 50% da utilizada no cenário provável, passando a R\$3,3945 onde a perda estimada seria de R\$ R\$18.398 .

Notas Explicativas

e. Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI e TJLP nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. Em 31 de março de 2014, os financiamentos atrelados a essas taxas somavam o montante de R\$ 116.485, correspondendo a 22,44% do total do endividamento da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/13
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	<u>276.534</u>	<u>280.536</u>	<u>276.960</u>	<u>281.009</u>
	<u>276.534</u>	<u>280.536</u>	<u>276.960</u>	<u>281.009</u>
Passivos financeiros				
Taxas pré-fixadas	228.414	200.056	228.414	200.056
Financiamento em moeda estrangeira ⁽¹⁾	172.530	257.918	172.530	257.918
Financiamentos indexados ao CDI e TJLP	116.485	114.814	116.485	114.814
Outros	<u>1.553</u>	<u>822</u>	<u>1.553</u>	<u>822</u>
	<u>518.982</u>	<u>573.610</u>	<u>518.982</u>	<u>573.610</u>

Nota ⁽¹⁾: vide comentário sobre risco de taxa de câmbio.

Considerando a exposição líquida dos empréstimos e financiamentos atrelados a CDI e TJLP, em 31 de março de 2014, no valor de R\$ 160,5 milhões, para a qual a Companhia está deduzindo os saldos das aplicações financeiras, também mantidas a CDI, a análise de sensibilidade levou em consideração um aumento máximo de 25% na taxa CDI (representando um aumento de 2,64% pontos percentuais), o que poderia trazer um impacto na despesa financeira de aproximadamente R\$4,23 milhões. Caso o aumento fosse de 50% (representando um aumento de 5,28% pontos percentuais), poderia trazer um impacto na despesa financeira de aproximadamente R\$ 8,77 milhões.

Administração da Companhia entende que além de irrelevante, o risco de grandes variações no CDI em 2014 é baixo, levando em consideração a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos.

Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital através da análise de sua situação financeira e endividamento com base no índice de alavancagem financeira (dívida líquida/patrimônio líquido), por entender que esse indicador reflete de forma mais apropriada o nível relativo de endividamento da Companhia e da capacidade de pagamento. A dívida líquida é composta pelos financiamentos e empréstimos, deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras de longo prazo.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro

Notas Explicativas

de 2013 estão assim demonstrados:

<u>Consolidado</u>	<u>31/03/14</u>	<u>31/12/13</u>
Dívida de financiamentos e empréstimos	518.982	573.610
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(293.945)	(306.745)
(-) Aplicações financeiras de longo prazo	(4.957)	(5.043)
Dívida líquida	220.080	261.822
Patrimônio líquido	2.952.342	2.820.095
Dívida líquida/Patrimônio líquido (%)	7,45%	9,28%

A variação do índice de alavancagem financeira de 31 de dezembro de 2013 para 31 de março de 2014 foi decorrente, principalmente, do aumento da receita de vendas, que impactou no crescimento das aplicações financeiras em 31 de março de 2014 e por ter se mantido o mesmo patamar de financiamentos e empréstimos.

25. Resultado por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/03/14</u>	<u>31/03/13</u>
Lucro líquido do período	<u>132.252</u>	<u>107.890</u>
Lucro atribuível aos acionistas	<u>132.252</u>	<u>107.890</u>
Saldo em 1º de janeiro	<u>113.450</u>	<u>113.450</u>
Efeito de compra de ações próprias	-	-
Efeito de opções de ações exercidas com ações em tesouraria	-	-
Saldo em 31 de março	<u>113.450</u>	<u>113.450</u>
Média ponderada de ações	<u>113.450</u>	<u>113.450</u>
Resultado por ação básico e diluído	<u>1,16573</u>	<u>0,95099</u>

Em 31 de março de 2014 e 2013, em virtude da inexistência de instrumentos patrimoniais com efeito diluidor, o lucro por ação diluído é igual ao lucro básico por ação.

26. Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os principais bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. A determinação dos bens a serem cobertos por seguros é feita a partir da análise da natureza da atividade envolvida, a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, a distribuição logística de suas plantas industriais e centros de distribuição, além da relação entre o dano potencial de um eventual sinistro versus o custo do seguro.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de informações financeiras intermediárias e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

A Companhia, dentro de sua política de administração de riscos e da reavaliação permanente quanto à suficiência dos seguros existentes, tem como procedimento contratar serviços de análises dos riscos operacionais a que está sujeita, tanto nas plantas e instalações da controladora, como das controladas, de modo a verificar a qualidade das premissas usadas na determinação de quais bens segurar e, quanto aos cobertos por apólices de seguros, a suficiência dos montantes segurados.

O Grupo mantém seguros contratados para os prédios, mercadorias, matérias primas, produtos em elaboração, embalagens, maquinismos, ferramentas, móveis, utensílios e instalações. As apólices em vigor apresentam as seguintes coberturas:

Tipo de cobertura	Limite máximo de indenização - R\$	Vigência da apólice
Incêndio (inclusive decorrente de tumultos), queda de raio no local e explosão de qualquer natureza e queda de aeronave	300 milhões	04/12/2013 a 04/12/2014
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres	20 milhões	04/12/2013 a 04/12/2014
Desmoronamento	10 milhões	04/12/2013 a 04/12/2014
Tumultos, greves, lock-out e atos dolosos	5 milhões	04/12/2013 a 04/12/2014
Quebra de máquina - Danos materiais	4,5 milhões	04/12/2013 a 04/12/2014
Fermentação própria e combustão espontânea	2 milhões	04/12/2013 a 04/12/2014

27. Arrendamento mercantil

A Companhia é arrendatária em diversos contratos, que podem ser classificados como arrendamento operacional ou financeiro.

a. Operacional

A Companhia é locatária junto à empresa Rowena S.A. de uma aeronave para uso comercial, modelo Falcon 2000LX, sem opção de compra prevista, com pagamento trimestral na ordem de US\$580 mil e prazo de locação de 36 meses. Esse contrato foi firmado em 21 de dezembro de 2012.

Em face das condições de contratação, a locação da aeronave não a caracteriza como arrendamento financeiro para fins das normas contábeis aplicáveis.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia também era locatária de uma aeronave modelo Challenger 300, com aluguel trimestral de US\$ 550 Mil, com prazo de locação de 36 meses e sem opção de compra. Entretanto, o contrato foi objeto de distrato em 30 de setembro de 2013.

Notas Explicativas

Vale salientar, que em função do compartilhamento de despesas, metade do encargo da aeronave Falcon 2000LX é ressarcido pela Dias Branco Administração e Participações Ltda.

Adicionalmente, a Companhia possui contratos de arrendamento de três unidades operacionais, localizadas em Cabedelo/PB, Natal/RN e em Fortaleza/CE, com prazo médio de 25 anos e pagamentos mínimos mensais de aproximadamente R\$ 198. São realizadas benfeitorias nos referidos imóveis, que são amortizadas entre o mínimo entre o prazo do contrato de arrendamento ou vida útil do bem.

Em face das condições de contratação, os contratos citados não se caracterizam como arrendamento financeiro para fins das normas contábeis aplicáveis.

Em 31 de março de 2014, os pagamentos de arrendamentos operacionais reconhecidos como despesa no período totalizaram na controladora e consolidado R\$644 (R\$507 em 31/03/13).

b. Financeiro

A Companhia contratou arrendamentos mercantis financeiros para aquisição de computadores e periféricos.

Durante o período findo em 31 de março de 2014 houve um acréscimo no ativo imobilizado em contrapartida de empréstimos e financiamentos no montante de R\$1.542 na controladora e no consolidado. O saldo de empréstimos e financiamentos de R\$ 1.445 em 31 de março de 2014 representa o somatório do valor presente dos pagamentos mínimos na data de aquisição dos contratos de arrendamento mercantil financeiro R\$ 1.542 e R\$ 23 relativo à juros apropriados no período, deduzido de R\$120 referente à amortização de parcelas de financiamentos.

A Companhia mantém o controle dos bens arrendados os quais estão apresentados abaixo:

Controladora e Consolidado			
Taxa média ponderada a.a. (%) ⁽¹⁾			
		31/03/14	31/03/13
Custo			
Computadores e periféricos		<u>1.542</u>	<u>723</u>
		<u>1.542</u>	<u>723</u>
Depreciação acumulada			
Computadores e periféricos	26,9%	<u>(123)</u>	<u>(18)</u>
		<u>(123)</u>	<u>(18)</u>
		<u>1.419</u>	<u>705</u>

(1) O prazo de depreciação dos bens arrendados corresponde ao menor valor entre prazo de vigência do contrato e a vida útil do bem.

Os pagamentos futuros mínimos obrigatórios estão segregados conforme a seguir e foram registrados no balanço no passivo circulante e não circulante:

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado		
	31/03/14		
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
2014	292	60	352
2015	412	60	472
2016	436	36	472
2017	305	12	317
	1.445	168	1.613

As cláusulas dos contratos de ambas as modalidades, no que tange a renovação, reajuste e opção de compra, são as praticadas no mercado. Ademais, não existem cláusulas de pagamentos contingentes ou relativas a restrições de distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio ou captação de dívida adicional.

28. Remuneração dos administradores

O Estatuto Social não prevê a participação dos administradores nos resultados da Companhia e, portanto, não há valor de participação nos períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013. Caso houvesse tal participação, essa seria apresentada separadamente nas demonstrações de resultados dos respectivos períodos, antes do lucro líquido do período e o seu montante por ação do capital social, conforme estabelecido pelo art.187 da Lei nº. 6.404/76.

29. Demonstrações dos fluxos de caixa

Não houve no período qualquer mudança na política utilizada pela Companhia para determinar os componentes do caixa e dos equivalentes de caixa, os quais estão apresentados na Nota Explicativa nº 5.

Durante o período findo em 31 de março de 2014, o Grupo realizou pagamento equivalente a R\$ 19.725 (R\$ 20.979 em 31 de março de 2013) relativo a juros e variações cambiais e R\$5.583 (R\$ 393 em 31 de março de 2013) relativo ao Imposto de Renda e Contribuição Social da pessoa jurídica, conforme detalhado na Demonstração do Fluxo de Caixa - Atividades Operacionais. O pagamento de valores retidos na fonte de terceiros e apenas recolhidos pela entidade estão classificados na demonstração de fluxo de caixa conforme sua origem.

30. Eventos subsequentes

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2014, os acionistas aprovaram, por unanimidade, com abstenções, a proposta para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio, relativo ao exercício de 2013, no valor de R\$ 117.270.

Notas Explicativas

Francisco Ivens de Sá Dias Branco
Diretor-Presidente

Geraldo Luciano Mattos Júnior
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior
Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Comercial

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia
Vice-Presidente Financeira

Magali Carvalho Façanha
Contadora CRC - CE 12410/O-6

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Titularidade das Ações

Nosso capital social, em 31 de março de 2014, é de R\$ 990,0 milhões, totalmente subscrito, integralizado e dividido em 113.450.000 ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A tabela abaixo indica o número de ações detidas direta ou indiretamente, nesta data, pelo Acionista Controlador e pelos membros do nosso Conselho de Administração e Diretores:

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 31/03/2014				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador	71.550.000	63,07	71.550.000	63,07
Administradores	12.975.504	11,43	12.975.504	11,43
Conselho de Administração	2.296.003	2,02	2.296.003	2,02
Diretoria	10.679.501	9,41	10.679.501	9,41
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros Acionistas	28.924.496	25,50	28.924.496	25,50
Total	113.450.000	100,00	113.450.000	100,00
Ações em Circulação	28.924.496	25,50	28.924.496	25,50

Nota: Não há membros do conselho de administração e diretoria que detenham diretamente mais de 5% das ações da Companhia.

De acordo com o artigo 20 do nosso Estatuto social, o Conselho Fiscal não tem caráter permanente e não encontrava-se instalado em 31 de março de 2014.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 31/03/2013				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador	71.550.000	63,07	71.550.000	63,07
Administradores	12.968.004	11,43	12.968.004	11,43
Conselho de Administração	2.296.003	2,02	2.296.003	2,02
Diretoria	10.672.001	9,41	10.672.001	9,41
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros Acionistas	28.931.996	25,50	28.931.996	25,50
Total	113.450.000	100,00	113.450.000	100,00
Ações em Circulação	28.931.996	25,50	28.931.996	25,50

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA				
Companhia: M DIAS BRANCO S.A IND E COM DE ALIMENTOS				
Posição em 31/03/2014 (Em unidades de Ações)				
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
DIBRA Fundo de Investimentos em Participações	71.550.000	63,07	71.550.000	63,07
Membros do Cons. de Administração e Diretoria	12.975.504	11,43	12.975.504	11,43
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros	28.924.496	25,50	28.924.496	25,50
Total	113.450.000	100,00	113.450.000	100,00

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA				
Companhia: M DIAS BRANCO S.A IND E COM DE ALIMENTOS				
Posição em 31/03/2013 (Em unidades de Ações)				
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
DIBRA Fundo de Investimentos em Participações	71.550.000	63,07	71.550.000	63,07
Membros do Cons. de Administração e Diretoria	12.968.004	11,43	12.968.004	11,43
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros	28.931.996	25,50	28.931.996	25,50
Total	113.450.000	100,00	113.450.000	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Companhia: DIBRA Fundo de Investimentos em Participações				
Posição em 31/03/2014 (Em unidades de Quotas)				
Quotistas	Quotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Francisco Ivens de Sá Dias Branco	539,63	99,82	539,63	99,82
Dias Branco Adm. e Participações LTDA.	0,90	0,17	0,90	0,17
IDIBRA Participações LTDA	0,07	0,01	0,07	0,01
Total	540,60	100,00	540,60	100,00

Cláusula Compromissória de Arbitragem

Pelo Regulamento do Novo Mercado, e pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, administradores, os membros do Conselho Fiscal e a BOVESPA obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento da Câmara de Arbitragem.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

Eusébio - CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da M. Dias Branco S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas a mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Fortaleza (CE), 28 de abril de 2014

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP015199/O-6-F-CE

Carlos Santos Mota Filho

Contador CRC – PE 020.728/O-7-S-CE

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Comitê de Auditoria da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (“Companhia”), no exercício de suas atribuições, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise do Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao período findo em 31 de março de 2014, acompanhado do relatório dos auditores independentes e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S, aprovam, por unanimidade, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Eusébio-CE, 28 de abril de 2014.

Antônio Carlos Dias Coelho

Vera Maria Rodrigues Ponte

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da M.Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e aprovamos as informações financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2014.

Eusébio, 28 de abril de 2014.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco

Diretor - Presidente

Geraldo Luciano Mattos Júnior

Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior

Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco

Vice-Presidente Comercial

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes

Vice-Presidente - Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco

Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia

Vice-Presidente-Financeira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de diretores da M.Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes relativas ao período findo em 31 de março de 2014.

Eusébio, 28 de abril de 2014.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco

Diretor - Presidente

Geraldo Luciano Mattos Júnior

Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior

Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco

Vice-Presidente Comercial

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes

Vice-Presidente - Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco

Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia

Vice-Presidente-Financeira